

# Viagem de Avaliação à Chikweti, Niassa

RELATÓRIO DA VISITA DA DELEGAÇÃO CONJUNTA, 15-23 DE OUTUBRO 2013





# Índice

Prefácio	4
1. Introdução	5
2. Descobertas	7
2.1 Contexto	7
2.2 O passado	8
2.3 O presente	12
2.4 O futuro: Desafios e potencial	15
3. Sugestões	24
4. Concluding reflections	27
Annexo 1. Análise adicional: FSC e questões ambientais	28
Annexo 2. Análise adicional de questões relacionadas com o desenvolvimento agrícola	32
Annexo 3. Termos de referência e membros da delegação	34
Annexo 4. Programa e pessoas com quem reunimos	36
Annexo 5. Excertos da apresentação da Chikweti sobre Conformidade & Sustentabilidade	40

## Prefácio

Este relatório resulta de uma visita à Província do Niassa em Outubro de 2013 realizada por uma delegação da Igreja da Suécia e duas ONGs activamente envolvidas no trabalho ambiental e de desenvolvimento em Moçambique. A visita foi uma iniciativa conjunta da Diocese de Västerås e da Direcção da Igreja da Suécia, no âmbito da supervisão, por parte da Direcção, da gestão de donativos da Diocese feitos à Igreja da Suécia.

A tarefa da delegação consistiu em chegar a um entendimento mais profundo da situação actual no Niassa, e mais especificamente do investimento na Chikweti, que se tornou numa questão de grande preocupação do ponto de vista financeiro e ético. O investimento tem sido criticado por acções pouco éticas e pelas consequências dessas acções pouco éticas: uma falha grave em alcançar as metas esperadas a nível financeiro, ambiental e social.

A política financeira da Igreja da Suécia orienta-se por valores cristãos e a interpretação do 'lucro' está em última análise relacionada com os objectivos do desenvolvimento humano e as normas dos direitos humanos e ambientais internacionais, e não com o ganho financeiro. Neste sentido, reconhecendo suspeitas de acções pouco éticas no investimento da Chikweti e os desafios de reconciliar operações comerciais, conservação ambiental e desenvolvimento comunitário numa única iniciativa – nas palavras do Bispo Mark Van Koevering da Diocese do Niassa, “num banco com três pernas, cada uma igualmente importante” – a Igreja da Suécia coloca-se a seguinte questão: qual é o nosso papel e responsabilidade como administradores da Criação contínua de Deus neste caso particular, e como é que os princípios orientadores relacionados com a fé, como por exemplo a dignidade humana, a justiça e a igualdade, podem guiar-nos nesta situação crítica?

Ao trabalharmos neste relatório, procurámos aplicar estes princípios. Ao fazê-lo, tentamos salvaguardar a Criação de Deus e a posição da humanidade. Reconhecemos igualmente a nossa própria vulnerabilidade e enfatizamos o dever sagrado para com tudo o que é criado. Em última análise, temos de responder perante Deus e os homens, mulheres e crianças que têm uma relação com o investimento na Chikweti. Para a Igreja da Suécia, este relatório e as discussões relacionadas com ele vão constituir um contributo importante no que diz respeito à reflexão sobre o potencial e os desafios das práticas de negócio éticas.

A delegação que efectuou a visita representava várias perspectivas diferentes: o investidor na Chikweti e o Conselho de Administração da Chikweti; os líderes da Diocese de Västerås; a Igreja da Suécia a nível nacional; as ONGs locais e internacionais de ambiente e desenvolvimento; o desenvolvimento agrícola; e a advocacia em relação à responsabilidade ambiental e empresarial.

A delegação chegou a Moçambique e ao Niassa com conhecimentos, perspectivas e sentimentos bastantes divergentes em relação ao investimento na Chikweti e ao papel da Diocese de Västerås. Reunimo-nos com um grande número de intervenientes diferentes – OSCs e investigadores em Maputo; representantes da sociedade civil local no Niassa; a equipa de gestão da Chikweti; líderes comunitários locais; um grupo de mulheres, incluindo uma líder comunitária local; e representantes governamentais. Acedemos a documentação das consultas que a Chikweti tinha realizado às comunidades locais. Ouvimos muitas histórias, fizemos muitas perguntas e tivemos discussões com intervenientes e com os nossos colegas da delegação. Ouvimos discussões entre intervenientes locais e partilhámos as nossas reflexões em grupo.

Embora ainda muito superficial, o nosso entendimento da situação e das suas complexidades aprofundou-se de alguma forma. A composição alargada da delegação ajudou a tornar possível a nossa aprendizagem. Redescobrimos o óbvio: que o diálogo e o respeito são o único caminho para a frente. E pudemos ver que a comunicação insuficiente a todos os níveis, desde o terreno no Niassa até à Igreja da Suécia, constituiu uma parte do problema.

Neste relatório, a delegação faz sugestões aos proprietários, incluindo à Diocese de Västerås, e a outras partes interessadas. Esperamos que a sua análise e sugestões possam também interessar não apenas aos interessados nas operações da Chikweti, mas também aos que desejem compreender os investimentos de terras em grande escala no contexto africano em geral.

A responsabilidade pelas descobertas e sugestões neste relatório cabe aos membros da delegação e não às organizações que eles representam.

Maio de 2014, *Membros da Delegação*

# 1. Introdução

## A tarefa

A Diocese de Västerås é uma associada do *Global Solidarity Forest Fund* (GSFF), um fundo de investimento que é o dono maioritário da companhia florestal Chikweti. O investimento em plantações de árvores tem por objectivo produzir retornos financeiros para o investidor e contribuir para o desenvolvimento económico na região. Contudo, a Chikweti não tem conseguido apresentar os resultados esperados em termos de alcançar os objectivos financeiros, ambientais e sociais. Além disso, o projecto tem sido alvo de fortes críticas por parte de organizações da sociedade civil (OSCs) locais e internacionais e por parte dos meios de comunicação.

Na sequência dessas críticas, a Diocese de Västerås organizou em Junho de 2012 um seminário público sobre investimentos florestais em que representantes das OSCs We Effect e WWF foram convidados como oradores. Um sentimento geral que surgiu a partir do seminário foi o de que muitas das questões que foram criticadas tinham sido abordadas pela empresa após grandes mudanças na gestão e nas políticas da Chikweti em 2011. Na sequência do seminário, foi decidido que uma delegação conjunta do escritório nacional da Igreja da Suécia e da Diocese de Västerås deveriam ir ao Niassa para ganhar um melhor entendimento da situação presente. A delegação visitou Maputo e Lichinga de 15 a 23 de Outubro de 2013.

O propósito<sup>1</sup> da viagem era:

- *fazer uma avaliação conjunta* do impacto do investimento, incluindo as questões fundamentais que tinham sido colocadas;
- *aumentar o conhecimento* sobre a situação actual na área do projecto;
- relacionar a Chikweti e o desenvolvimento no Niassa em geral com os quadros éticos relevantes (por exemplo, *Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, Directrizes Voluntárias sobre Governança Responsável dos Regimes de Propriedade aplicáveis à Terra,*

*às Pescas e às Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional*);

- *identificar lições aprendidas* e áreas para futuro desenvolvimento/melhoria.

Existem muitas limitações a este estudo, algumas das quais queremos enfatizar aqui. O objectivo não era avaliar ou comentar o impacto geral das plantações florestais de espécies exóticas em larga escala no Niassa, e os acontecimentos e decisões passados foram apenas analisados indirectamente.

## O trabalho da delegação

A delegação era constituída por 11 pessoas em representação da Diocese de Västerås, da Igreja da Suécia a nível nacional, do We Effect e do WWF Suécia.

Caso não sejam referidas outras fontes, os números e outra informação factual sobre as operações da Chikweti foram obtidos directamente através da empresa. Os intervenientes locais, incluindo as OSCs locais ORAM, ROADS, UCA e UPCN; a equipa de gestão da Chikweti; e o Bispo Mark Van Koevering da Igreja Anglicana comentaram a versão preliminar deste relatório. A versão final, no entanto, é da única responsabilidade dos membros da delegação.

O grupo gostaria de apresentar os seus agradecimentos a todos os que partilharam o seu tempo e conhecimentos connosco, em especial aos escritórios do We Effect em Lichinga e Maputo, cujo duro trabalho no planeamento do programa tornou esta viagem possível, bem como à equipa de gestão da Chikweti, que partilhou o seu tempo connosco de forma muito transparente e generosa.

Os representantes da Igreja da Suécia gostariam de expressar um agradecimento particular à antiga representante do We Effect em Lichinga, Kajsa Johansson, que gastou as suas férias a participar na viagem e deu contributos valiosos para o trabalho do grupo.

---

<sup>1</sup> Veja o Anexo 3 para os termos de referência e lista de participantes.

### **Mudanças importantes verificadas na Empresa depois da visita da delegação**

De Dezembro de 2013 até ao momento o conselho de direcção do GSFF não havia logrado assegurar fundos para garantir o financiamento das plantações por um período longo. Deste modo, foi decidido que era necessário reduzir as actividades para um nível mínimo até que fundos fossem assegurados. Cerca de 800 trabalhadores receberam cartas de despedimento com efeito a partir de finais de Março de 2014. O plano era possibilidade de assegurar fundos antes da entrega das cartas de despedimento. Todavia, até finais de Março o plano de fusão com a Green Resources ainda não estava concluído. Uma vez que as negociações estavam bem avançadas e todas as partes envolvidas se sentiam confortáveis que a fusão estava prestas a acontecer, todos os 800 trabalhadores foram convidados a permanecer na empresa por mais um mês até que a situação se estabilizasse. Contudo, somente 65 trabalhadores aceitaram permanecer e em finais de Abril a maior parte dos

trabalhadores, incluindo os gestores, haviam deixado a empresa.

No dia 1 de Maio de 2014 foi assinado um acordo definitivo entre a GFSS e a Green Resources. A Green Resources irá comprar GSFF e pagar com a sua própria quota. A Fusão proverá uma entidade sustentável que irá lançar bases para uma operação contínua e crescente da floresta em Niassa e assim promover um desenvolvimento positivo geral. A maior parte dos accionistas da GSFF incluindo PLT e Diocese de Västerås continuam, para já, como acionistas dentro da Green Resources. A Green Resources tem certificação da FSC e tem 15 anos de história em plantações florestais na África Oriental.

Logo que a fusão entre GSFF e a Green Resources foi anunciada, a Chikweti reiniciou contratação de pessoal dando prioridade aos antigos trabalhadores. Neste momento avalia-se que pelo menos a metade do número anterior de trabalhadores será necessária.

## 2. Descobertas

### 2.1 CONTEXTO

#### Nacional

A população de Moçambique, que está a crescer cerca de 2,5 por cento por ano, é actualmente constituída por 25 milhões de pessoas. A agricultura representa 32 por cento do PIB e cerca de 80 por cento da força de trabalho é aplicada na agricultura, a maioria através de práticas agrícolas de subsistência e pequena escala. O PIB *per capita* situa-se actualmente nos USD 542. O crescimento do PIB é rápido – entre seis e oito por cento anualmente durante a última década. No entanto, a redução da pobreza estagnou e o nível de desenvolvimento humano ainda é baixo. O país situa-se no 185.º lugar no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano de 2013, sendo a República Democrática do Congo (RDC) e o Níger os únicos outros países com valores inferiores. A desigualdade de rendimentos é elevada.<sup>2</sup> O número de pessoas com insegurança alimentar aumentou na realidade na última década, embora a *proporção* das pessoas com segurança alimentar tenha diminuído de 45 para 37 por cento. Por isso, um grande desafio é transformar o crescimento económico em desenvolvimento humano – diminuir a fome e a pobreza e aumentar a saúde e a educação.

O crescimento económico é movido por um aumento rápido do investimento estrangeiro directo (IED) e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), representando cerca de um terço do orçamento do governo. Os investimentos estão sobretudo concentrados nas indústrias extractivas (petróleo, gás natural e exploração mineira), mas há também investimentos consideráveis em plantações florestais e agricultura em larga escala. De acordo com os especialistas com quem a delegação reuniu em Maputo, o IED define o padrão de praticamente todos os investimentos formais no país, ou seja, os investimentos nacionais públicos e privados.<sup>3</sup> Quase todo o crescimento empresarial nacional formal está li-

gado a investimentos estrangeiros, sob a forma de fornecedores de bens ou, mais frequentemente, serviços. Um efeito do IED é que ele é que move a inflação, fazendo assim aumentar o custo de vida, sobretudo nas cidades, e aprofundando a pobreza em vários grupos.<sup>4</sup>

De acordo com os analistas que conhecemos em Maputo,<sup>5</sup> a elite política tem fortes ligações à elite financeira. Alguns líderes políticos têm interesses privados, seja directamente nos investimentos estrangeiros ou indirectamente através dos fornecedores dos investimentos. O resultado disto é uma mistura infeliz de interesses que mina a integridade e a credibilidade da governação.

Para alcançar um desenvolvimento mais alargado no país, pode ser necessário diversificar ainda mais a economia, desenvolver um quadro institucional, e taxar os investimentos estrangeiros para que os possam beneficiar a totalidade da população através de investimentos na educação, saúde e protecção social. A transparência dos contratos e dos acordos fiscais com os investidores estrangeiros e os esforços para combater a corrupção são também passos necessários.

#### Niassa

A Província do Niassa é a província com menor densidade populacional de Moçambique, com uma população de 1,5 milhões. A densidade populacional é de 11 pessoas por m<sup>2</sup>, por comparação com 22 na Suécia. A maioria da população vive em zonas rurais e é dependente da agricultura e de outros recursos naturais para o seu modo de vida. Aproximadamente 50 por cento da população ainda vive com menos de USD 1 por dia. Lichinga é a capital da província.

O Niassa é dominado pela mata de miombo, que enfrenta cada vez maior degradação e desflorestação.<sup>6</sup> Um dos

<sup>2</sup> Em 2008, o coeficiente Gini era de 45,7.

<sup>3</sup> A imagem torna-se muito diferentes se forem tidos em consideração os investimentos na economia informal, cujos números oficiais são extremamente reduzidos, mas que ainda assim dominam vários sectores, como por exemplo o da produção alimentar.

<sup>4</sup> Por exemplo, homens e mulheres que não têm qualificações para que lhes seja oferecido um emprego, pessoas que migraram para as cidades à procura de melhores condições de vida após abandonarem as suas terras não produtivas nas zonas rurais, e mulheres que são os únicos ganhadores das suas famílias.

<sup>5</sup> Representando Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e Centro de Integridade Pública (CIP).

<sup>6</sup> As matas de miombo formam uma cintura alargada ao longo da África Central-Austral. As árvores perdem a folha por um período curto de tempo na época seca para reduzir a perda de água e produzem novas folhas mesmo antes do início da época das chuvas.

principais usos da floresta é actualmente o uso da madeira para lenha e carvão – estes combustíveis constituem 85% do consumo de energia doméstica na província. A floresta natural inclui diversas espécies comerciais que estão a ser cada vez mais exploradas para uso doméstico e/ou exportação (muita da qual pode ser ilegal). O potencial para plantações industriais foi calculado em 2,47 milhões de hectares de uma área de superfície total de 12,9 milhões de hectares. É difícil encontrar estimativas precisas da área total para a qual há planos para operações florestais. De acordo com diferentes fontes, 400 ou 640 mil hectares estão em processo de serem atribuídos a seis empresas (incluindo Chikweti Forest of Niassa, New Forest of Niassa, Florestas do Niassa, Floresta do Planalto (UPM),<sup>7</sup> Companhia Florestal de Massangulo e Green Resources). Formalmente, houve candidaturas para 140.000 hectares, menos de metade do qual foi autorizado.<sup>8</sup>

A província possui solos férteis e abundantes recursos hídricos e, por isso, tem um potencial agrícola muito elevado. A agricultura é constituída maioritariamente por pequenos camponeses que praticam um cultivo itinerante. Aproximadamente 31 por cento dos agregados familiares agrícolas são encabeçados por mulheres.<sup>9</sup>

## 2.2 O PASSADO

### A ideia e a visão

A ideia original – plantar árvores para uso comercial de modo a apoiar o desenvolvimento no Niassa – nasceu da relação entre a Diocese do Niassa da Igreja Anglicana e a Diocese de Västerås da Igreja da Suécia. A Diocese de Västerås investiu capital a partir do retorno de rendimento de donativos feitos à Igreja da Suécia.<sup>10</sup> A visão era criar uma empresa que, nas palavras do Bispo Mark da Diocese do Niassa, fosse como um banco com três

pernas, cada uma igualmente importante: exploração florestal comercial, conservação de florestas nativas e desenvolvimento comunitário. As três pernas, ou objetivos, ficaram expressas nos critérios da política de investimento do *Global Solidarity Forest Fund* (GSFF), que foi criado em 2005:<sup>11</sup>

#### *CrITÉRIOS económicos*

- Potencial de um mínimo de 10 por cento de Taxa de Rendimento Interna (TRI)<sup>12</sup>

#### *CrITÉRIOS sociais e ambientais*

- Não haverá reassentamento involuntário de populações; a aquisição de direitos de uso da terra será feita apenas através de acordos negociados;
- Não haverá conversão ou degradação do habitat florestal natural ou do habitat crítico; por cada hectare de nova plantação florestal será mantido um hectare de ecossistema nativo protegido ou gerido de forma responsável;
- Cada investimento está sujeito à certificação de acordo com o Forest Stewardship Council (FSC);
- Adesão às convenções relevantes da ONU e da Organização Mundial do Trabalho (OMT) sobre biodiversidade, conservação, direitos humanos, liberdade individual, povos indígenas, minorias étnicas e saúde, segurança e ambiente de trabalho;
- Adesão aos 10 Princípios Universais do Pacto Global das Nações Unidas.

Os critérios gerais incluem o facto de ter de haver um mínimo de 10 por cento de posse local da terra, de todos os investimentos deverem ser bem-vindos e aprovados pelo governo anfitrião, e de ter de haver cooperação com um parceiro nacional, por exemplo, uma igreja local com capacidade para o projecto e interessada nele.

7 Recentemente, a UPM anunciou que vai encerrar as suas operações no Niassa.

8 Isilda Nhantumbo et al., *The Potential for Investing in Locally Controlled Forestry (ILCF) for the Promotion of Sustainable Rural Development in the Province of Niassa, Mozambique. A Strategic Assessment*, 2013, IEED.

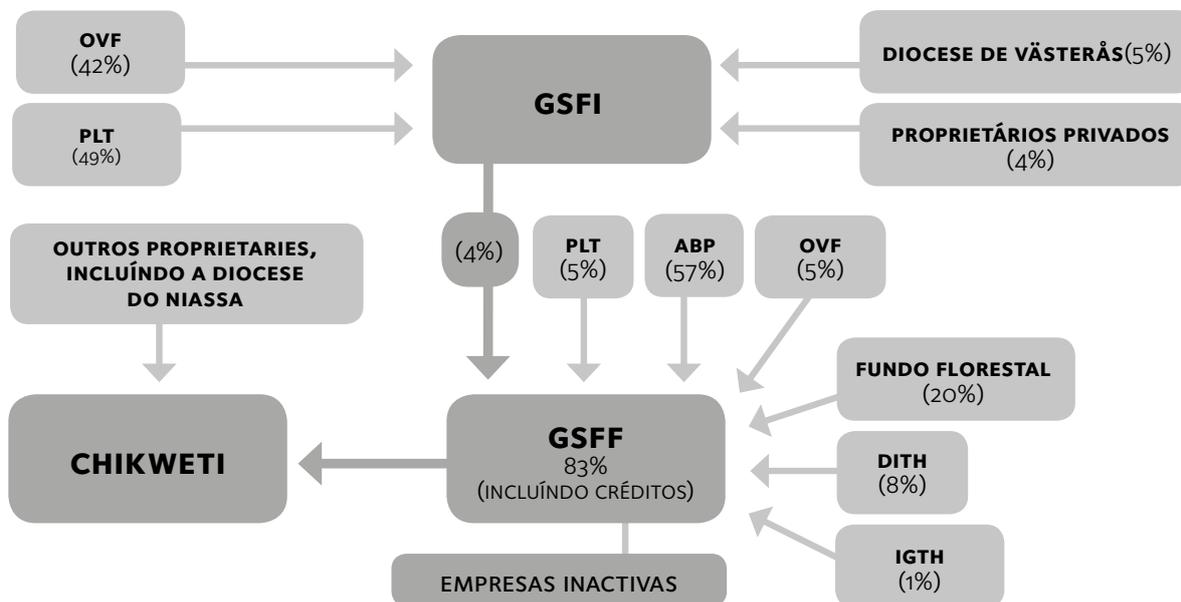
9 Ibid.

10 Segundo o Ordenamento da Igreja da Suécia, as dioceses são entidades independentes na maior parte dos aspectos legais. A gestão de donativos feitos à Igreja da Suécia é delegada às dioceses através do Ordenamento da Igreja. Este também exige que se considere a sustentabilidade e a durabilidade na gestão dos donativos. A maior parte dos donativos à Igreja foram feitos durante o período medieval e consistem sobretudo em terras agrícolas e florestais na Suécia. As dioceses gerem os donativos de forma independente sob a supervisão do Conselho de Direcção da Igreja da Suécia. Os bens físicos podem, até certo ponto, ser convertidos em bens financeiros pelas dioceses.

11 Critérios de investimento tal como referidos no Relatório Anual do GSFF 2007.

12 Esta taxa de rendimento é elevada em relação a investimentos em mercados desenvolvidos, como a Suécia, mas relativamente baixa em relação a investimentos em mercados de elevado risco como Moçambique.

## ESTRUTURA DE PROPRIEDADE/GOVERNAÇÃO



**PLT:** *Prästlönetillgångar* (retorno de rendimento sobre donativos feitos à Igreja da Suécia)

**GSFI:** Global Solidarity Forest Investment (Investimento Florestal Solidariedade Global)

**GSFF:** Global Solidarity Forest Fund (Fundo Florestal Solidariedade Global)

**OVf:** Opplysningsvesenets Fond (Igreja da Noruega)

**ABP:** Stichting Pensioenfonds ABP (Fundo de Pensões Holandês)

**CAPRICORN FUND:** Capricorn Africa ApS (Fundo Florestal Dinamarquês)

**HARVARD:** Fundo de Pensões de Harvard via DITH (Diversified International Timber Holdings LLC)

**IGTH:** Investitions GmbH (Fundo Alemão)

## CRONOLOGIA

- 2005** O GSFF foi fundado pela Diocese de Västerås e pelo Legado da Igreja Norueguesa. O fundo atraiu uma grande quantidade de capital. Foram iniciados dois investimentos – Chikweti (pinheiro e eucalipto no Niassa) e Tectona (teca na Zambézia).
- 2006–2008** Foram iniciados dois novos investimentos – Ntacula (eucalipto na Zambézia) e Messangulo (pinheiro no Niassa). As operações cresceram depressa. Além disso, foi criada uma empresa em Angola, a Responsible Wood Angola. O número de trabalhadores ultrapassou os 6.000 no total. Começaram a ser expressadas críticas externas.
- 2009** Os problemas tornaram-se agudos. Houve questões internas e externas. O Bispo Mark propôs directivas para uma empresa ética. Estas directivas foram discutidas pelo Conselho de Administração da Chikweti numa reunião em Novembro, mas foram consideradas desadequadas. Membros do Conselho de Administração pediram ao Bispo que se demitisse de Presidente do Conselho de Administração. O investimento estava em más condições e insuficientemente organizado.
- 2010–2011** Começa um processo de mudança. Os quadros superiores e a Direcção do GSFF sofrem alterações substanciais. Chris Bekker torna-se Director Executivo da Chikweti e Nils Grafström torna-se Presidente da Direcção do GSFF. A operação fica totalmente concentrada na Chikweti e as outras empresas (Tectona, Ntacula e Messangulo) ficam em suspenso. É criado um Fundo Social e é abordada a questão da contabilidade.

A Chikweti Forests of Niassa foi criada pelo *Global Sol- idarity Forest Investment* (GSFI) e mais tarde tornou-se uma filial do GSFF. Este processo foi tornado possível pela Fundação Malonda, que foi criada com o apoio financeiro da ASDI (a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional) para atrair, promover e tornar possível o investimento no sector privado na Província do Niassa. A Malonda tem trabalhado em áreas como o turismo, a comercialização agrícola e a exploração florestal em larga escala. A estrutura de governação/propriedade é mostrada na ilustração que se segue.

### Problemas e conflitos

No entanto, assim que a empresa ficou pronta a funcionar, levantaram-se diversos problemas e houve conflitos a vários níveis. Nalguns lugares, as plantas foram arrancadas e queimadas pelas comunidades locais. Os trabalhadores queixaram-se sobre as condições de trabalho e houve alegações de irregularidades no processo de aquisição de direitos de terra que foram reportadas localmente e que acabaram por ser reportadas nacional e internacionalmente.<sup>13</sup> Houve também desafios internos, desde as operações principais ao processo de transferência da terra e à gestão do financiamento, o que naturalmente teve influência na forma como a empresa interagiu com os intervenientes locais. Houve também conflitos dentro do Conselho de Administração da Chikweti.<sup>14</sup>

Não foi pedido à delegação nem esta teve tempo para avaliar as alegações em detalhe. Contudo, durante a

viagem foram feitas algumas observações gerais sobre práticas passadas que podiam ser atribuídas aos conflitos:

- Os líderes locais, ou régulos, foram contratados directamente pela Chikweti. A ideia da empresa era que os líderes locais iriam tornar possível a comunicação entre a empresa e as comunidades locais. Os régulos aproveitaram-se disto para satisfazer interesses pessoais, com a aprovação da empresa.
- A Chikweti fez oralmente promessas sobre os benefícios que a empresa iria trazer para as comunidades.<sup>15</sup>
- As consultas comunitárias não foram adaptadas ao contexto cultural, nem foram totalmente realizadas de acordo com a intenção da Lei de Terras.<sup>16</sup>
- Foi reportado que a Chikweti via as oportunidades de emprego como algo oferecido às comunidades em troca da terra. Esta abordagem é muito problemática, uma vez que os contratos de trabalho são uma questão em separado.

Embora inicialmente tenha sido criada uma política de responsabilidade social empresarial (RSE) com critérios sociais e ambientais para o investimento em 2005, esta já não foi mais desenvolvida nem transformada em verdadeiros procedimentos de implementação, incluindo avaliação de risco, planos de gestão de risco e ferramentas de monitoria com indicadores relevantes. Daí que tenha havido pouca visão ao longo de toda a cadeia de governação da Chikweti, entre outros a Diocese de Västerås, o Conselho de Propriedade de Västerås e a

13 FIAN, 2012, *The Human Rights Impacts of Tree Plantations in Niassa Province, Mozambique*; Anders Friström, 2011, “Närplantagenkom till byn”, *SverigesNatur* n.º 5; DNTF (Direcção Nacional de Terra e Florestas), 2010, Relatório do Trabalho de Campo; Henrik Brandão Jönsson, 2012, “Den godaviljan”, *Filter* n.º 25; Justiça Ambiental e UNAC, 2008, *Lords of the Land* (Apoiado pela Ajuda Popular Norueguesa e pelo Centro Cooperativo Sueco); Kajsa Johansson, Diamantino Nhampossa e Marja Wolpher, “Mozambique – Peasants Voice Having an Impact”, 2012, in *The Race for Land*, Forum Syd, Afrikagrupperna e Centro Cooperativo Sueco; Kyrkans Tidning: artigos a 16 de Novembro de 2012, 25 de Abril de 2012, 19 de Abril de 2012; “Land Struggles and Civil Society in Southern Africa”, 2011; *Africa World Press*; Boletim sobre o Processo Político em Moçambique n.º 48, 22 de Fevereiro de 2011; PEM Consult, 2011, *Estudos sobre a Gestão de Conflitos da Terra/Niassa*, Contratado pela Fundação Malonda e pelo Centro Cooperativo Sueco; NN, 2012, “Tallar istället för mat”, *Akademikern* n.º 7.

14 Em Março de 2010, o Bispo Mark demitiu-se de Presidente e membro do Conselho de Administração da Chikweti em protesto, citando as seguintes razões:

- A Diocese do Niassa já não é capaz de influenciar as decisões;
- O projecto não trabalha para o bem das comunidades locais;
- Muitas questões éticas sobre a terra e a mão-de-obra não recebem resposta;
- Incapacidade de implementar o programa para sustentar as florestas locais;
- Não existe programa de responsabilidade social.

15 As OSCs locais e a população testemunham que a Chikweti prometeu em termos gerais que, assim que a empresa estivesse instalada, isto iria significar que poderiam ajudar no desenvolvimento comunitário, como por exemplo construindo escolas e outras infra-estruturas, e que iriam também oferecer oportunidades de emprego.

16 Inicialmente, a Chikweti apenas realizou uma consulta em cada comunidade. A lei de terras, aprovada em 1997, estipula que as consultas participadas devem anteceder uma decisão de conceder um DUAT a um investidor. Num apêndice técnico aprovado em 2010, é afirmado com clareza que devem ser realizadas duas ou mais consultas. A intenção da lei é que sejam realizadas tantas consultas quantas as necessárias.



Gert Van der Merwe, Director de operações no Chikweti, e Erik Ling, Gestor do património da Diocese de vasteras e membro do Conselho da Direcção de GSFF, durante uma visita de campo.

Direcção do GSFF, em relação ao desempenho da Chikweti no terreno. Parece não ter havido uma estratégia clara para a forma como o programa de desenvolvimento comunitário a ser gerido pela Diocese do Niassa deveria evoluir e relacionar-se com a Chikweti.

Houve conflitos e tensões a vários níveis: entre a empresa e o governo, entre a empresa e as comunidades e, não menos importante, dentro e entre as comunidades. Além disso, houve conflitos entre a empresa e as OSCs locais.

Uma razão subjacente para os erros cometidos pode ser o facto de os quadros superiores não terem experiência de plantações florestais em países em desenvolvimento em geral e no contexto moçambicano em particular.<sup>17</sup> Além disso, subestimaram a necessidade de compreender e adaptar as suas práticas às complexidades no contexto local, o que inevitavelmente influenciou o resultado das actividades da empresa. Os desafios que não foram suficientemente reconhecidos incluem, por exemplo, o sistema de direitos de uso da terra<sup>18</sup> e o facto de, na maior parte das áreas, as terras comunitárias não terem sido demarcadas; o facto de a percepção dos pequenos camponeses em relação à terra ser fundamen-

talmente diferente da ideia de terra como recurso que pode ser transferido; as dinâmicas internas de poder dentro das comunidades; e o facto de a maior parte das pessoas não terem experiência de trabalho assalariado. Para conseguir ser bem-sucedido no estabelecimento de plantações em larga escala de forma a não criar ou exacerbar conflitos locais é necessária uma grande sensibilidade e respeito pelos intervenientes locais.

Outra razão subjacente para os problemas pode ter sido o facto de o GSFF não ter suficiente capacidade para lidar com a grande quantidade de capital que atraiu num espaço de tempo muito curto. O influxo de fundos criou pressão para expandir rapidamente e alcançar resultados. Esta pressão pode ter levado a um foco menos concentrado na avaliação cuidadosa, no planeamento e na aprendizagem a partir das experiências, necessários para garantir um investimento responsável.

O investidor deveria ter reagido mais depressa quando as críticas começaram a surgir.

### **Papel de outros intervenientes**

Os problemas causados pela empresa são da responsabilidade da equipa de gestão da Chikweti e dos seus investidores. Contudo, as acções de outros intervenientes, ou a sua não actuação, também contribuíram.

O governo tinha activamente convidado empresas a virem para o Niassa, mas afinal não estava pronto para desempenhar o seu papel no processo de aquisição de direitos de terra. Não tinha capacidade para mapear o uso da terra, fazer cumprir os direitos de terra e reagir a/gerir/mediar conflitos, e isto tornou-se evidente à medida que a pressão geral sobre a terra aumentou devido às várias empresas a entrarem na Província mais ou menos ao mesmo tempo. A perspectiva local era que a empresa era favorecida pelo governo local quando se candidatava aos DUATs. O duplo papel da Malonda como investidor e mediador ajudou a aumentar os problemas.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Idealmente, a equipa de gestão deve ter experiência sobre o Norte de Moçambique. No entanto, é extremamente difícil ou impossível encontrar pessoas com esse tipo de experiência.

<sup>18</sup> A Terra, em Moçambique, é propriedade do Estado e não pode ser vendida nem hipotecada. A Lei de Terras define que o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) é adquirido por uma comunidade que ocupa a terra, por cidadãos nacionais que usam a terra de boa fé por pelo menos 10 anos ou em resposta a um pedido. A terra pode ser cedida a investidores por um período de 50 anos renováveis por igual período, mas somente se a comunidade concordar e a terra estiver sem uso. Governo provincial pode ceder terra até 1 000 hectares, o Ministro de Agriculture até 10 000 hectares e o Conselho de Ministro acima deste número.

<sup>19</sup> A Malonda foi criticada por ter um papel indistinto – como investidor, como mediador e como intermediário honesto, bem como assumindo algumas funções governamentais.

As OCSs, muitas das quais têm um alcance significativo ao nível das bases, desempenham um papel importante como elementos de vigilância a nível local, nacional e internacional. As perspectivas e experiências das OSCs representam contributos importantes para discussões sobre as responsabilidades sociais e ambientais das empresas em geral, e para o debate sobre os investimentos de terra em larga escala em particular. As críticas que as OSCs expressaram foram um dos factores que levaram às alterações na equipa de gestão da Chikweti e na Direcção do GSFF em 2011.

Contudo, foram também cometidos erros por parte das OSCs que podem ter contribuído para os conflitos. Hoje em dia, as OSCs locais confirmam que houve falta de coordenação entre elas. Confirmam também que a informação sobre o direito a 20 por cento das taxas que as empresas pagam para explorar os recursos naturais era por vezes comunicada de tal forma que causava confusão e ajudava ao conflito.<sup>20</sup> Além disso, há a suspeita de que algumas organizações locais agiram de acordo com os seus interesses quando a empresa lhes pediu que dessem apoio nas consultas comunitárias.

Quando as OSCs internacionais usaram exemplos locais do Niassa na sua campanha contra a apropriação indevida de terras vários anos depois de os problemas terem acontecido no terreno, isto por vezes ocorreu de tal forma que o contexto se perdeu, as mensagens foram exageradas ou a informação foi mal representada. Como consequência, os conflitos dentro e entre as comunidades foram exacerbados, e o diálogo ao nível local entre OSCs locais e a Chikweti tornou-se mais difícil.

## 2.3 O PRESENTE

A delegação fez as seguintes observações sobre a situação presente:

### Relações com as comunidades locais

Não encontramos provas de apropriação indevida de terras<sup>21</sup> ou de pessoas a serem deslocadas devido a actividades da Chikweti. As OSCs tinham reportado um exemplo recente (do mês anterior) de um conflito numa comunidade. Conseguimos confirmar durante a visita que tinha havido uma disputa recente em relação a uma área que a Chikweti ia preparar para plantar, mas que este problema tinha sido resolvido. Conflitos, erros e mal-entendidos vão continuar a acontecer, mas todos os intervenientes com quem reunimos concordam que a relação entre a empresa e as comunidades locais melhorou imenso.

Nas nossas discussões com a equipa de gestão da Chikweti, eles enfatizaram que há um compromisso claro por parte da empresa em retirarem-se caso a comunidade não queira a empresa a operar na sua área, mesmo que a comunidade tenha dado o seu consentimento anteriormente. Contudo, não é claro como é que este compromisso é comunicado às comunidades locais e se ele é compreendido por elas. É importante que essas mensagens sejam comunicadas por escrito, para prevenir mal-entendidos.<sup>22</sup>

Não encontramos quaisquer intervenientes no Niassa que quisessem que a Chikweti cessasse as suas operações e se retirasse da província, mas ouvimos vários pedidos de melhoria das suas actividades.

<sup>20</sup> Esta taxa paga ao governo e não deve ser confundida com o pagamento do fundo social ou outros mecanismos de trazer benefícios locais.

<sup>21</sup> Apropriação indevida de terras: aquisições ou concessões que correspondem a uma ou mais das seguintes situações:

- em violação dos direitos humanos, especificamente dos direitos iguais das mulheres;
- não baseadas no consentimento livre, prévio e informado dos utilizadores da terra afectados;
- não baseadas numa avaliação cuidada, ou que desprezam o impacto social, económico e ambiental, incluindo a forma como são divididas por género;
- não baseadas em contratos transparentes que especifiquem compromissos claros e vinculativos sobre actividades, emprego e partilha de benefícios;
- e não baseadas num planeamento democrático efectivo, numa supervisão independente e numa participação significativa.

A definição está incluída na Declaração de Tirana, que foi aprovada pela Coligação Internacional sobre Terras (ILC na sigla inglesa) na Assembleia de Membros de 27 de Maio de 2011. A ILC é uma aliança global de organizações da sociedade civil e organizações intergovernamentais (incluindo o Banco Mundial e várias agências da ONU) que trabalham em conjunto para promover o acesso seguro e equitativo à terra e o controlo da terra às mulheres e homens pobres, através de advocacia, diálogo, partilha de conhecimento e capacitação.

<sup>22</sup> Também não é claro como é que o cumprimento deste compromisso por parte da empresa é apercebido. De acordo com uma comunidade, e conforme reportado por uma organização local, a comunidade queria que a empresa se retirasse e o régulo informou o representante da empresa sobre esta decisão. A empresa regressou com representantes do governo. Estes pressionaram o régulo, que cedeu e lhes concedeu o direito de utilização da terra. A organização conclui que, embora a empresa pareça aceitar inicialmente a decisão da comunidade, eles regressam e continuam a insistir que a decisão seja mudada.

A relação entre a Chikweti e as comunidades locais é complicada pelo facto de que *chikweti* significa “floresta” na língua local. Daí que a Chikweti poderá ser facilmente confundida com outras empresas florestais na área. Várias queixas atribuídas à Chikweti podem na realidade estar relacionadas com uma das outras empresas florestais a operar no Niassa.

O processo de aquisição de direitos de terra pela Chikweti e o funcionamento do Fundo Social melhoraram. As consultas são estruturadas e documentadas,<sup>23</sup> e as OSCs locais são convidadas como observadoras.

Ainda há espaço para melhorias no processo de consulta e aquisição de direitos de terra. A Chikweti diz que a aquisição de terras é mantida em separado em relação às discussões sobre a gestão do Fundo Social. Contudo, como ambas as questões são discutidas na primeira reunião de consulta comunitária, esta separação não é totalmente implementada. Embora haja uma estrutura institucional que em teoria torna possível a transparência total do Fundo Social, há secretismo em relação ao processo de aquisição de direitos de terra. Devido à competição entre as diferentes empresas, o secretismo é mantido até ao momento em que o período de recurso expira.

## Ambiente

Notámos que a equipa de gestão está claramente compro-

metida em trabalhar para o cumprimento dos Princípios e Critérios FSC. Este compromisso é reflectido nos critérios de investimento do GSFF, bem como no documento “Normas e regulamentos internos”. Obviamente, não devemos e não podemos avaliar se a Chikweti cumpre com os Princípios e Critérios FSC, mas esperamos que isto fique clarificado num futuro processo de certificação (para mais informação sobre questões relacionadas com a obtenção de um certificado FSC, ver Anexo 1).

Não encontramos quaisquer planos claros sobre a forma como a Chikweti pretende proteger activamente as florestas naturais, em relação ao compromisso original que diz que “por cada hectare de nova plantação florestal será mantido um hectare de ecossistema nativo protegido ou gerido de forma responsável”.<sup>25</sup> Actualmente, as áreas para as quais a Chikweti tem DUATs mas onde não planta árvores não são activamente geridas/protegidas pela empresa. As organizações locais dizem que a situação é complicada pelo facto de o governo não ter uma definição clara do que deve ser visto como floresta natural/nativa e de quais as áreas que podem ser usadas para florestação.

A Chikweti foi acusada de abater floresta natural para estabelecer as suas plantações. Recentemente, a empresa contratou a empresa de consultoria Metria para avaliar, usando análise por imagem de satélite, se e até que ponto essa conversão do uso da terra se concretizou.<sup>26</sup> O

### O PROGRAMA DO FUNDO SOCIAL

Os objectivos do programa do Fundo Social consistem em melhorar as condições de vida das comunidades, melhorar as infra-estruturas, garantir a participação da comunidade na gestão e partilha de benefícios, promover iniciativas comunitárias e aumentar a auto-estima.

Através dos Fundos Sociais, as comunidades recebem uma quantia fixa de dinheiro por cada hectare plantado nas suas terras, dinheiro esse que é usado para financiar projectos específicos. Os pagamentos dos Fundos Sociais baseiam-se em acordos com todas as

comunidades nas áreas operacionais da Chikweti, acordos esses que são também apoiados pelo governo local. Os acordos têm critérios fixos que devem ser cumpridos, o mais significativo dos quais é que as plantações não sejam incendiadas. Em Outubro de 2013, foram submetidos e aprovados 47 projectos, dos quais 25 foram implementados. Os projectos consistem muitas vezes em investimentos ou renovação de infra-estruturas, como por exemplo poços, ou melhorias de mesquitas.

O pagamento fixo é de USD 2 por hectare, pagos anualmente. Se os critérios forem cumpridos, os pagamentos aumentam para USD 5. Em 2012, foi pago um total de USD 82.435.

Um comité comunitário eleito é responsável por gerir os fundos de acordo com as necessidades específicas da comunidade e por reportar à Chikweti a forma como os fundos são gastos.<sup>24</sup> A Chikweti monitoriza o projecto mas não define em que é que os fundos devem ser gastos.

23 A delegação teve acesso a alguns destes documentos.

24 O régulo faz automaticamente parte do comité como conselheiro, mas não assina o acordo.

25 Critérios de investimento do GSFF.

26 <http://www.metria.se/Startpage/News1/Metria-mapped-forests-in-Mozambique-for-FSC-certification/>

relatório não estava disponível para verificação pública na altura da visita.

Com base nos requisitos da Lei de Terras, a Chikweti implementa uma zona tampão de pelo menos 10 metros entre plantações de árvores e terra agrícola. A empresa reporta que avalia e adapta cada limite e distância caso a caso.

### Gestão da empresa e relações laborais

A nova equipa de gestão mostrou de forma convincente que percorreu um longo caminho no sentido de reorganizar a empresa em termos de operações florestais, gestão financeira e relações laborais. A empresa está comprometida em empregar e formar pessoal local e em ser uma líder de mercado em Moçambique em termos de responsabilidade financeira, social e ambiental. A rotação de pessoal e o absentismo foram reduzidos significativamente. A proporção de trabalhadoras do sexo feminino ainda é baixa, situando-se nos 15 por cento.<sup>27</sup>

A ideia original de uma empresa com três objectivos igualmente importantes – lucro comercial, desenvolvimento comunitário e conservação ambiental – foi transformada numa filosofia empresarial mais directa: para ser financeiramente sustentável a longo prazo, a Chikweti não só precisa de ser claramente orientada para o negócio, mas também avaliar e definir limites sociais e ambientais dentro dos quais as actividades de produção podem ocorrer.

### Diálogo e sentimentos

Há um diálogo contínuo entre as OSCs locais e a empresa, mas este diálogo por vezes sofreu interrupções e desconfiança. O diálogo melhorou, mas este processo é frágil. Vimos que, pelo menos nalgumas situações, ainda há falta de confiança em relação à honestidade das intenções uns dos outros.

O processo local é influenciado por actores não locais: por exemplo, quando OSCs internacionais usam exemplos do Niassa mas não garantem que a informação específica não é distorcida nem usada de tal forma, fora de contexto, que possa ser interpretada incorrectamente



Foto: Kajsa Johansson

Funcionários de Chikweti preparando vasos antes de plantar, no viveiro da empresa. A nova direcção está dedicada na contratação e treinamento de funcionários.

e a legitimidade das OSCs locais possa ser questionada. É importante reconhecer os interesses próprios, as experiências e os papéis dos vários intervenientes, discussões puramente técnicas não vão resolver os problemas. Descobrimos que várias pessoas ainda têm sentimentos fortes em relação a acontecimentos que ocorreram há vários anos atrás. Diversos intervenientes, vários dos quais tinham grandes esperanças em relação ao investimento, ainda estão desiludidos e frustrados. Por exemplo, a Diocese do Niassa investiu muito “capital social” e colocou em risco uma boa parte da sua credibilidade entre a população rural quando promoveu a Chikweti junto das comunidades.

### Uso da terra

A empresa tem direitos para uso e aproveitamento da terra (DUATs) para 27.000 hectares e, desde a época de plantio de 2013/2014, plantou 15.000 hectares. A empresa tem por objectivo plantar 50.000 a 60.000 hectares no prazo de 5 a 6 anos.<sup>28</sup> Está a ser plantado algum pinheiro (*Pinus maximinoi*), mas o foco é no *Eucalyptus* (*grandis*, *urograndis* e *dumii*).

<sup>27</sup> De acordo com dados fornecidos pela Chikweti.

<sup>28</sup> De acordo com dados fornecidos pela Chikweti em Outubro de 2013, a área total planeada pela empresa para plantação consiste em 100.000 hectares (“área do CPI”), com DUATs para 27.000 hectares. A empresa candidatou-se a DUATs para 50.000 hectares e plantou 15.388 hectares. Embora os DUATs sejam direitos de uso da terra, o CPI permite que o investidor dê continuidade ao investimento e realize consultas. CPI = Centro para a Promoção do Investimento.

De acordo com os termos de referência, a delegação devia abordar a seguinte questão: “até que ponto e como é que há competição em relação à terra entre a agricultura tradicional (cultivo itinerante) e as plantações da Chikweti...”. Não nos é possível ter uma opinião sobre este assunto, dada a incapacidade das instituições governamentais em termos de planos de uso da terra e cumprimento da lei, além do facto de a Chikweti não estar a operar isoladamente mas sim num ambiente influenciado por outros investidores.

#### PROCESSO DE PLANEAMENTO DA TERRA

A Chikweti desenvolveu um processo de planeamento da terra relativamente completo, uma vez que não existe um plano geral para o uso da terra no Niassa. O objectivo é evitar o conflito de interesses em relação ao uso da terra e planear o uso eficiente da terra num sentido alargado.

Em primeiro lugar, as estradas, aldeias e terras agrícolas são excluídas. A terra perto das aldeias também é deixada de lado, pois esta terra é adequada ao uso agrícola.

Depois disso, as áreas de floresta nativa, incluindo áreas de abrigo, são demarcadas. Se possível, a empresa tenta criar áreas de conservação mais alargadas ligadas entre si com floresta natural. Além disso, as zonas de protecção à volta de água, rios e zonas ribeirinhas são excluídas da área de plantação. O mesmo se aplica a áreas rochosas e em declive.

Quando este trabalho está concluído, a empresa procura criar áreas mais alargadas ligadas entre si para plantação, agricultura e conservação de florestas nativas.

Notamos que não encontramos qualquer consenso entre os intervenientes com quem reunimos sobre se a competição por causa da terra é um problema hoje em dia ou vai ser um problema a longo prazo. A empresa diz que planta árvores em machambas (pequenos campos agrícolas) abandonadas, e que há muita terra disponível. As OSCs locais, por outro lado, dizem que não há “terras marginais”, e que as antigas *machambas* são usadas para outros fins, como por exemplo para períodos de pousio, para obtenção de material de construção, etc.

Diferentes percepções sobre a pequena agricultura explicam as visões conflitantes sobre a potencial competição por causa da terra: os pequenos camponeses regressam às antigas *machambas* depois de um certo número de anos, ou transferem as actividades agrícolas para outro local, para as florestas naturais (ver Anexo 2 para maior análise desta questão)? Para a delegação, a questão principal não é se há ou não competição – haverá sempre competição por causa de terra atractiva. A questão principal é se e como é que diferentes usos da terra podem coexistir sem reduzir os direitos legais e consuetudinários, a segurança alimentar, a segurança da água e a conservação ambiental, ao mesmo tempo que permitem um desenvolvimento equitativo no Niassa.

No entanto, todos os intervenientes concordam que a prática do cultivo itinerante à escala da pressão populacional actual não é sustentável e que deve ser usada uma agricultura fixa. Todos reconhecem a necessidade de apoiar os camponeses nesta transição. A maior parte dos



Foto: Kajsa Johansson

Os desafios ligados à coexistência da agricultura itinerante e das plantações florestais de grande escala são assunto muito disputado. A delegação não encontrou consenso entre actores locais sobre se o conflito de terra é um problema hoje, ou se apresentará como problema a longo prazo.

intervenientes concorda que a necessidade de transição para uma agricultura fixa é reforçada ou acelerada pela expansão das plantações florestais na área, pois, quando menos terra fica disponível para ciclos agrícolas rotativos, os períodos de pousio tornam-se mais curtos e o sistema agrícola torna-se insustentável. Esta conclusão geral é também apoiada pela investigação (ver Anexo 2).

Há uma necessidade clara de avaliar oportunidades e desafios em relação ao desenvolvimento agrícola e aos sistemas agrícolas, tanto os de grande como os de pequena escala, se o cultivo itinerante tradicional for transformado em práticas agrícolas sustentáveis em campos agrícolas fixos. Essa avaliação também precisaria de incluir outros usos da terra, como por exemplo as plantações florestais.

Não há um entendimento claro nem um consenso sobre onde é que deve estar a responsabilidade pelo apoio agrícola. As esperanças são dirigidas à empresa por parte do governo local, e a empresa de facto apoia algumas pequenas actividades agrícolas. No entanto, a necessidade de apoio é enorme e é preciso que outros intervenientes sejam mais envolvidos. Há também um risco óbvio de que as expectativas da empresa sejam demasiado elevadas.

## 2.4 O FUTURO: DESAFIOS E POTENCIAL

### Questões relacionadas com aquisição de direitos e consulta de terra

Há pontos fracos na *estratégia e implementação de políticas* governamentais. De acordo com muitos intervenientes, Moçambique tem um quadro legislativo satisfatório e políticas que, se implementadas, podem garantir investimentos de terra responsáveis. Contudo, a incapacidade de implementá-las é um grande obstáculo. Além disso, o governo não parece ter uma abordagem estratégica de longo prazo em relação à forma de garantir investimento no país que não só contribuam para o

crescimento económico mas também levem à redução da pobreza. É dever do Estado *proteger* os direitos humanos, mas mesmo assim as empresas têm o dever de respeitar os direitos humanos, independentemente da forma como o Estado actua.<sup>29</sup>

Como consequência, a implementação da lei de terras, o planeamento e a delimitação de terras não andam a par dos investimentos privados. Os investimentos privados devem basear-se em planos de uso da terra liderados pelo governo. Obviamente, as consultas sobre aquisição de direitos de terra bem realizadas precisam de basear-se num entendimento claro sobre o tipo de terra a que as comunidades têm de facto direito. A delimitação e o registo de terras é um processo através do qual as áreas que pertencem a diferentes comunidades são formalizadas – os direitos de terra legalmente existentes são reconhecidos formalmente. O processo de delimitação é, no entanto, lento e os detentores de direitos têm informação desadequada sobre os seus direitos de acordo com a lei de terras. Há preocupações verdadeiras de que os camponeses – e os grupos de baixo rendimento em geral – possam estar a perder o acesso à terra através de processos de registo que favorecem os candidatos que estão bem relacionados e são ricos.<sup>30</sup> Além disso, é provável que esse processo crie outros desafios, incluindo disputas, pois os direitos consuetudinários não são facilmente delimitados, mapeados e acordados uma vez documentados.<sup>31</sup>

O governo atribuiu as mesmas áreas da província a diferentes empresas. Daí que as áreas de operação de diferentes empresas se sobreponham. Isto causa confusão e impede a transparência nas fases iniciais, quando as empresas estão a negociar com as comunidades. Há competição entre as empresas e secretismo em relação a qual a empresa que está a negociar aonde e com quem; as empresas mantêm como confidencial a informação sobre as consultas até que todos os documentos tenham sido assinados.<sup>32</sup>

29 A responsabilidade das empresas em relação aos direitos humanos é definida em “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementar o Quadro das Nações Unidas ‘Proteger, Respeitar e Solucionar’”, aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU a 16 de Junho de 2011.

30 Denise Malauene *et al.*, *Research Report 7 Land Registration in Maputo and Matola Cities*, Moçambique, Departamento de Estudos de Terra, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo. IIED Novembro de 2005. <http://pubs.iied.org/pdfs/12524IIED.pdf>

31 Osman Alhassan e TakyiwaaManuh, *Research Report 5 Land Registration in Eastern and Western Regions*, Ghana, Instituto de Estudos Africanos, Universidade do Ghana, Legon, Accra. IIED, Novembro de 2005. <http://pubs.iied.org/pdfs/12522IIED.pdf>

32 “Seria melhor se puséssemos as cartas na mesa”, disse o Director Executivo da Chikweti, Chris Bekker, numa reunião.

As *consultas* que antecederam a aquisição de direitos de terra pela Chikweti tornaram-se mais estruturadas e melhor documentadas. Além disso, recentemente parece não ter havido conflitos de interesses que questionem a capacidade de os líderes locais (régulos) representarem as suas comunidades. No entanto, há espaço significativo para melhorias em termos de inclusão nas tomadas de decisão locais e, por isso, nos processos de consulta. Com base na nossa visita ao terreno, ficou claro que as mulheres são incluídas na tomada de decisão de forma bastante limitada. Além disso, não há requisitos em relação à proporção de membros da comunidade que precisam de estar presentes nas reuniões das consultas comunitárias.<sup>33</sup> Por isso, é possível que a Chikweti e outras operações florestais obtenham direitos de terra embora apenas uma minoria de indivíduos detentores de direitos tenha explicitamente concordado com isso. Esta possibilidade cria incertezas e riscos tanto para a empresa como para os detentores locais de direitos.

Tanto o formato como a documentação das consultas devem ser melhorados. O objectivo deve ser torná-los

mais inclusivos e entendíveis pelos membros da comunidade e restabelecer o equilíbrio na relação desigual entre a empresa e a comunidade. É provável que o processo de desenvolvimento do formato e da documentação beneficiem com o contributo das OSCs.

O desenvolvimento dos processos de consulta precisa de incluir uma interpretação operacional do *Consentimento Livre, Prévio e Informado* (CLPI).<sup>34</sup> O direito ao CLPI aplica-se especificamente aos povos indígenas.<sup>35</sup> No entanto, há um reconhecimento crescente de que todas as comunidades têm um papel significativo nas tomadas de decisão sobre projectos que as afectam de forma significativa.<sup>36</sup> A certificação FSC requer consentimento livre, prévio e informado para os povos indígenas e as comunidades locais no processo de consulta em relação à delegação de direitos de uso da terra (critério 4.2), e a Chikweti refere-se ao CLPI na sua descrição do processo de aquisição de direitos de terra (ver Anexo 5). Contudo, nem sempre é claro o que é que o CLPI significa. De acordo com as Nações Unidas, o consentimento livre, prévio e informado implica que é



Foto: Kajsa Johansson

Membros da delegação encontram uma rainha em Licole.

33 É necessário, no entanto, que os grupos vulneráveis sejam representados nas consultas comunitárias.

34 O FSC define CLPI como “uma condição legal através da qual se pode afirmar que uma pessoa ou comunidade deu consentimento para uma acção antes do seu início, com base apenas numa apreciação clara e na compreensão dos factos, implicações e consequências futuras dessa acção, e na posse de todos os factos relevantes na altura em que o consentimento é dado. O CLPI inclui o direito a conceder, modificar, reter ou retirar a aprovação.”

35 Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).

36 Algumas convenções de direitos humanos foram interpretadas ao ponto de alargarem o direito ao CLPI a outras comunidades, para além dos povos indígenas. Estas incluem a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Ver Directivas CLPI Preliminares do Programa ONU-REDD (2011), p. 4.

fornecida informação que inclui uma avaliação preliminar do impacto económico, social, cultural e ambiental provável, incluindo riscos potenciais.<sup>37</sup> O FSC fornece orientação detalhada sobre a implementação prática do CLPI num documento publicado no final de 2012.<sup>38</sup> Um aspecto importante deste consentimento é que as consultas devem ser compreensíveis – um desafio por si só, pois o conceito de transferir direitos de terra a longo prazo é em si mesmo um conceito estranho para muitos locais. O critério “livre” implica que a empresa deve ter consciência da posição inevitavelmente desigual das comunidades em relação à empresa e encontrar formas de equilibrá-la. A Chikweti precisa de mostrar como é que está a cumprir os requisitos do CLPI.

### **Questões relacionadas com o Fundo Social e outras interações entre a empresa e as comunidades locais**

A lei de terras, que proíbe a venda ou o arrendamento da terra, torna complexo o processo de aquisição de direitos de terra. Não há meios simples para determinar o preço quando se compra direitos ou arrenda terras. Os custos de transacção em termos de negociações com o governo e consultas com as comunidades locais parecem ser demasiado elevados, mas, assim que os DUATs são obtidos, o custo da terra torna-se menor com o passar do tempo. As taxas anuais pelos DUATs variam, mas são da ordem dos MZN 6 a 15 (USD 0,2 a 0,5) por hectare por ano.

Embora não haja uma taxa de arrendamento, espera-se que a empresa vá dando algo às comunidades locais em retorno por elas deixarem que a empresa use a sua terra. A Chikweti criou o Fundo Social como forma de canalizar este benefício da empresa para a comunidade (ver caixa anterior). Esta é uma grande melhoria em relação ao que acontecia antes, quando a empresa tinha um programa social muito menos estruturado.<sup>39</sup>

Se forem vistas como o custo anual pelo uso da terra (semelhante a uma taxa de arrendamento), as contribuições para o Fundo Social devem ser consideradas baixas. Compará-lo com o custo de usar a terra na América Latina, por exemplo, no entanto, não é adequado, pois as infra-estruturas são muito pobres no Niassa e, tal como acima referido, os custos de transacção são elevados, além de que são pagas taxas pelo DUAT. Como o tempo, contudo, e à medida que as infra-estruturas se desenvolvem e a empresa começa a ter lucro, é possível aumentar os pagamentos para o Fundo Social (hoje em dia, os pagamentos consistem em cerca de USD 80.000 por ano, ou 0,5 a 1 por cento do investimento total anual feito pelo GSFF). Se mais recursos forem canalizados através dos Fundos Sociais, o potencial para um impacto positivo nas comunidades obviamente aumenta muito.

### **Questões relacionadas com a certificação FSC e a sustentabilidade ambiental das plantações da Chikweti**

Um dos compromissos importantes que o GSFF fez logo no início foi que “por cada hectare de nova plantação florestal será mantido um hectare de ecossistema nativo protegido ou *gerido de forma responsável*”. A Chikweti ainda precisa de desenvolver uma estratégia para a forma de implementar esta questão. Este processo deve envolver a população local e várias formas de gestão florestal comunitária sustentável. As florestas naturais geridas de forma sustentável podem dar à população local opções em relação aos seus meios de subsistência e um rendimento potencial através da madeira e dos produtos florestais não lenhosos.<sup>40</sup> Além disso, podia ser explorado o potencial de um programa de florestação para estabelecer lotes de mata comunitária com espécies nativas e/ou exóticas para uso comercial. Esses lotes de mata poderiam também servir como zonas tampão para a mata de miombo mais natural (ver Anexo 2).

37 Consentimento Livre, Prévio e Informado dos Povos Indígenas. Informação do Gabinete do Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas. Setembro de 2013.

38 Directivas FSC para a implementação do direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI). Versão 1, 30 de Outubro de 2012. <https://ic.fsc.org/guides-manuals.343.htm>

39 De acordo com as OSCs locais, há contudo alguma confusão e conflito em relação ao Fundo Social, pois por vezes ele é visto pelas comunidades como algo de que apenas o régulo beneficia. Por isso, segundo eles, é necessário que a empresa monitorize a implementação do fundo mais de perto.

40 Ver, por exemplo, comunidades locais a comercializarem árvores valiosas geridas de forma sustentável em florestas de miombo na Tanzânia (Mpingo Conservation and Development Initiative, <https://ic.fsc.org/newsroom.9.527.htm>); Nhantumbo et al. (2013), *Investing in locally controlled forestry in Mozambique, Potential for promoting sustainable rural development in the province of Niassa. A Strategic Assessment*. IIED, Rural Consult e IUCN.



O miombo nativo é propenso a incêndios e tem se adaptado. Porém, se incêndios ocorrem frequentemente ou são demasiadamente intensos, previnem a regeneração e resultam em degradação das florestas.

A extensão das zonas tampão entre plantações de árvores e terra agrícola tem implicações simultaneamente ambientais e sociais. Numa perspectiva de precaução, pode haver razões pelas quais, por norma, são implementadas distâncias relativamente mais longas do que as legalmente exigidas.<sup>41</sup>

A incidência de *fogos* em plantações está a diminuir, mas, de acordo com a empresa, ainda se encontra a um nível insustentavelmente elevado. Esta questão não é trivial. Além de causarem perdas financeiras e darem cabo do negócio da plantação enquanto tal, os fogos são uma ameaça às florestas naturais e áreas de conservação. As florestas de miombo natural são propensas a incêndios e adaptaram-se a eles. Contudo, os fogos regulares na região de miombo podem, se forem demasiado frequentes ou intensos, causar mortalidade de árvores grandes e pequenas e impedir a regeneração, levando assim a uma degradação gradual das matas até não haver biomassa lenhosa presente.<sup>42</sup> Os incêndios florestais

anuais constituem uma grande ameaça para a flora e a fauna na área. Independentemente de haver ou não plantações florestais, a frequência dos fogos florestais deve ser drasticamente reduzida. Isto é necessário por razões ambientais e por causa dos meios de subsistência. Em 2006, um estudo de impacto concluiu que o impacto das plantações nos recursos naturais usados pelas comunidades rurais depende em grande medida do facto de o investimento resultar ou não na diminuição dos fogos florestais e na melhoria geral da gestão dos recursos naturais.<sup>43</sup> Pode haver um grande potencial em envolver as comunidades locais nas medidas de protecção contra o fogo. Isto já está a acontecer até certo ponto, mas pode haver espaço para melhorias adicionais nesta cooperação entre a empresa e as comunidades.

O *consumo de água pelo eucalipto* é uma questão controversa. O impacto das árvores de crescimento rápido nos recursos hídricos está bem documentado, embora nem sempre com resultados coerentes. Em 1993, a FAO

41 A Chikweti implementa uma zona tampão de pelo menos 10 metros, de acordo com os requisitos da Lei de Terras. A empresa reporta que avalia e adapta cada limite e distância caso a caso. Não parece haver muita investigação nesta área. Em estudos referidos no FAO Forestry Paper 59, *The ecological effects of eucalyptus* (1986), são usadas zonas tampão de 15 a 25 metros, conforme o tipo de solo, em Itália.

42 "Above- and Belowground Carbon Stocks in a Miombo Woodland Landscape of Mozambique". Casey M. Ryan Mathew Williams e John Grace. *Biotropica*. Vol. 43, n.º 4, páginas 423-432, Julho de 2011. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1744-7429.2010.00713.x/abstract>

43 "Lichinga Field Study: Linkages between Livelihoods and natural Resources." ORGUT, Julho de 2006 (Susanne von Valter *et al.*).

(Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) realizou um encontro de especialistas regionais em Banguécoque sobre o potencial impacto social e ambiental do eucalipto. Em relação à hidrologia, foi reconhecido em geral que a plantação de extensas florestas de eucalipto em qualquer bacia de captação desflorestada irá reduzir substancialmente a produção de água dessa bacia de captação. Daí que tenha sido recomendado que, em locais onde a água é escassa ou procurada por outros sectores, haja especial cuidado em ajustar a produção de biomassa de eucalipto para que corresponda à quantidade de água disponível. O consumo de água necessário para as plantações de eucalipto pode ser reduzido plantando menos árvores por área ou estreitando as plantações existentes. Esse ajustamento operacional deve ser procurado no âmbito da gestão integrada da água, da cobertura do solo e dos nutrientes nos solos superficiais.<sup>44</sup>

Consequentemente, a precipitação anual no Niassa não vai provavelmente ser suficiente para corresponder à evapotranspiração das árvores de crescimento rápido se as plantações se estenderem por vastas áreas na mesma bacia de captação. Isto irá afectar negativamente a água subterrânea e os cursos de água. Por isso, é importante fazer estudos adequados sobre o equilíbrio hídrico, realizar uma monitoria contínua e adoptar estratégias de gestão adaptativa quando se estabelecerem plantações de árvores de crescimento rápido em regiões com precipitação moderada e/ou errática. Os estudos de equilíbrio hídrico e as estratégias de gestão adaptativa precisariam de incluir todas as empresas florestais a operar na mesma bacia de captação, de modo a serem eficazes (ver Anexo 1). A monitoria do equilíbrio hídrico é particularmente relevante em relação aos efeitos esperados das alterações climáticas na África Subsariana.

A Chikweti pretende<sup>45</sup> obter a *certificação FSC*. A ausência de um padrão FSC nacional é um desafio só por si, e o processo de desenvolver um padrão está neste momento parado. Sem um padrão FSC nacional apoiado largamente pelas partes interessadas e com indicadores adoptados a nível nacional para os Princípios e Critérios FSC (P&C), não só é difícil obter a certificação

como também é difícil avaliar o cumprimento dos P&C FSC. Não é possível que visitas externas de curto prazo avaliem o grau de cumprimento dos P&C FSC. Contudo, alguns desafios possíveis relacionados com estes princípios e critérios surgiram durante a visita, como por exemplo a implementação do CLPI; aspectos de gestão de águas; a obrigação de não transformar floresta natural em plantações, de proteger áreas representativas que sejam amostras de ecossistemas nativos e/ou de restaurá-las para repor condições mais naturais, de manter e/ou valorizar os Altos Valores de Conservação ambiental e social e o sistema de gestão dentro da empresa para avaliar e desenvolver medidas de mitigação, protecção e reposição, ou seja, gestão adaptativa. Estes desafios são descritos com mais pormenor no Anexo 1.

### **Desenvolvimento de uma gestão comunitária sustentável dos recursos naturais**

É necessário desenvolver projectos comunitários integrados que façam a ligação entre a gestão comunitária sustentável dos recursos naturais e as necessidades de subsistência, processamento de produtos e mercados. As práticas agrícolas são uma questão fundamental neste contexto. Os actuais esforços por parte do governo, das OSCs e dos interesses privados em apoiar a transição de um cultivo itinerante não sustentável para uma agricultura fixa e sustentável de pequena escala e o desenvolvimento do mercado estão longe de ser suficientes. A não ser que esta transição ocorra, os conflitos por causa do uso da terra vão aumentar. Além disso, a produção e o uso alargados de carvão na área ilustram a necessidade urgente de desenvolver métodos sustentáveis de gerir e usar os recursos florestais locais e formas de proteger as florestas naturais.

Devem ser exploradas oportunidades para integrar o uso da terra por parte das comunidades com o uso feito pela Chikweti, de forma mutuamente respeitadora e benéfica. Contudo, isto requer conhecimento sobre as opções presentes e potenciais dos meios de subsistência comunitários, o que pode ser conseguido através do apoio a avaliações participadas de meios de subsistência comunitários.

44 Processos de Consulta de Especialistas Regionais sobre Eucaliptos, 4 a 8 de Outubro, 1993 Volume I <http://www.fao.org/docrep/005/ac777e/ac777eob.htm#TopOfPage>

45 Expresso na política de investimento do GSFF e nas normas e regulamento interno da Chikweti.

Exemplos de potenciais opções por meios de subsistência:

- Apicultura – tanto o miombo como as plantações de eucaliptos têm potencial para a produção de mel;
- Integrar plantações florestais com produção alimentar através de sistemas chamados *taungya* (ver Anexo 2);
- Estabelecer lotes de mata comunitária com espécies de árvores nativas e/ou exóticas;
- Introduzir uma gestão sustentável da floresta de miombo para obtenção de madeira e produtos florestais não lenhosos.

Neste momento, os serviços de extensão são disponibilizados no Niassa pelo governo, por actores privados e pelas OSCs. Contudo, a escala dos serviços é desadequada. Acima de tudo, é necessária coordenação e uma estratégia global. Também é uma grande preocupação que os serviços de extensão governamentais não tenham quase nenhuma capacidade para disponibilizar serviços de extensão para as mulheres – os extensionistas do sexo masculino só podem trabalhar com os homens e há poucas mulheres extensionistas.

A principal responsabilidade para coordenar e desenvolver uma estratégia comum para o uso e gestão dos recursos naturais deve ser assumida pelo governo. Contudo, a Chikweti, as OSCs e as Igrejas (sobretudo a Igreja Anglicana) têm recursos importantes com que contribuir em termos de conhecimento, população alcançada, infra-estruturas, etc. Daí que haja potencial para cooperação no que diz respeito ao apoio à gestão comunitária sustentável dos recursos naturais. Para que o governo desempenhe o seu papel estratégico, vai ser necessário o apoio de doadores.

a) *Agricultura sustentável*. A uma escala pequena, a Chikweti já está a apoiar uma iniciativa para introduzir a agricultura de conservação. Embora a Chikweti não possa e não deva assumir como principal responsabilidade o apoio ao desenvolvimento agrícola, esta iniciativa é uma base importante a partir da qual se pode crescer. Experiências de outras partes do país e da região mais alargada mostram que há um grande potencial em métodos como os da agricultura de conservação, agro-silvicultura e outras abordagens sustentáveis: a produção agrícola,

a fertilidade do solo e a produtividade a longo prazo podem ser aumentadas sem grandes investimentos de capital. No entanto, estes métodos são muito exigentes em termos de geração e transferência de conhecimento, de interacção estreita entre camponeses, extensionistas e investigadores. Para alcançar a escala necessária, os esforços para desenvolver e introduzir práticas agrícolas sustentáveis precisam de ser coordenados numa estratégia orientada pelo governo. Ao desenvolver uma estratégia para o desenvolvimento agrícola, o governo precisa de continuar a aproveitar as experiências de várias organizações e envolver as organizações de camponeses e OSCs.

b) *Lotes de matas comunitárias*. Pode haver um grande potencial em desenvolver plantações florestais de pequena escala e gestão comunitária que gerariam diversos produtos, como por exemplo materiais de construção, lenha, etc., mas também produtos de valor comercial (por exemplo, mel, carvão). Alguns destes produtos teriam de outra forma sido produzidos nas terras comunitárias que agora estão a ser plantadas pela Chikweti. Há inúmeras experiências que servem de exemplo.<sup>46</sup> Os lotes de matas comunitárias são especialmente interessantes em áreas onde as empresas florestais estão a operar, pois eles podem tornar possível que os produtos comunitários sejam integrados na cadeia de valor de mercado das empresas.

### **Questões relacionadas com a comunicação e os papéis dos intervenientes**

Tal como observámos durante a visita, há vontade de envolvimento em diálogo entre as partes interessadas, mas este diálogo é dificultado pela falta de confiança. Sem confiança e respeito uns pelos outros, é difícil acordar soluções comuns. As imagens negativas e as histórias sobre os erros do passado não vão desvanecer-se ou desaparecer por si próprias. Como a Chikweti ainda sofre de má reputação devido aos seus comportamentos anteriores, precisa de construir confiança e credibilidade entre as comunidades locais e as OSCs. A equipa de gestão vai precisar de dedicar tempo e recursos a esta questão, de modo a melhorar a comunicação (local e internacionalmente) e expandir a sua capacidade de responsabilidade social empresarial (RSE).

46 Será que a Floresta Comunitária pode contribuir para a melhoria dos meios de subsistência e a biodiversidade? Passos sobre como melhorar os programas florestais comunitários, lições do trabalho em 11 países e comunidades. Relatório do WWF 2010.

Um factor complicado é que a *Chikweti arrisca ser responsabilizada por qualquer coisa que as empresas florestais façam*. Em geral, a população local não parece ser capaz de distinguir as operações da Chikweti das de outras empresas florestais a operar na área. A confusão é causada não só pelo nome (Chikweti significa “floresta” na língua local), mas também pelo facto de as áreas de operação das empresas se sobreporem. Nesta situação, todas as empresas se arriscam a serem acusadas por quaisquer acções que possam apenas ser atribuídas a uma ou a poucas empresas. Esta situação reforça a necessidade de desenvolver uma prática padronizada para o sector florestal.

Podemos ver uma vontade clara mas frágil entre as diferentes partes interessadas de se envolverem num diálogo construtivo. Se puder ser desenvolvida uma estratégia comum e puder ser alcançado um entendimento sobre os papéis das diferentes partes, pode também haver uma vontade de cooperar em tarefas específicas. Podemos, por exemplo, ver o potencial de colaboração entre as OSCs e a Chikweti para desenvolverem o formato de consultas comunitárias, ou para fortalecerem os laços entre as organizações religiosas com presença no terreno (por exemplo, a Igreja Anglicana) e as OSCs locais de desenvolvimento e as organizações comunitárias de base.

### **Entendimento comum da responsabilidade social empresarial (RSE)**

O diálogo entre diferentes intervenientes é possível se houver um entendimento comum sobre terminologia e conceitos fundamentais. Actualmente parece haver uma falta de entendimento comum sobre o que a “responsabilidade social empresarial” (RSE) significa. A RSE é geralmente entendida como as acções que uma empresa realiza para viver de acordo com normas éticas.<sup>47</sup> Para a Chikweti, a adesão aos Princípios e Critérios FSC é provavelmente a ferramenta de RSE mais importante. No entanto, a empresa parece ter uma definição mais estreita de RSE, equacionando-a com acções específicas que realiza para beneficiar as comunidades locais, isto

é, os Fundos Sociais (ver diapositivo do PowerPoint no Anexo 5).

Outro aspecto da RSE consiste em compreender o papel dos objectivos sociais e ambientais em relação aos objectivos financeiros. Na visão original da empresa, foi dito que as três “pernas” do desenvolvimento social, ambiental e comercial seriam igualmente importantes.<sup>48</sup> Devemos lembrar que o lucro financeiro é sempre o mais importante para qualquer empresa. Para a Chikweti, espera-se que a Taxa de Rendimento Interno (TRI) real seja de pelo menos 10 por cento. Um equilíbrio entre os objectivos financeiros, sociais e ambientais só vai ser alcançado quando os aspectos sociais e ambientais se manifestarem através de objectivos claros e restrições claras. Ao estabelecer objectivos ambientais e sociais, é necessário definir objectivos pelos quais a empresa possa assumir a responsabilidade (independentemente, por exemplo, do que o governo faz ou não faz). Além disso, pode haver objectivos sociais e ambientais para uma dada área geográfica para os quais a empresa é capaz de contribuir mas não assumir total responsabilidade por eles. Assim, devem ser exploradas e deve aproveitar-se as sinergias com objectivos sociais, ambientais e de desenvolvimento mais alargados, mas o que fica de fora da responsabilidade da empresa deve também ser clarificado. Será necessário disponibilizar financiamento e ímpeto adicionais por parte de todas as partes interessadas, de modo a alcançar estes objectivos.

### **Capacidade e legitimidade da sociedade civil local**

As organizações da sociedade civil (OSC) a nível nacional e sobretudo a nível provincial/local não parecem ter suficiente capacidade e recursos e uma abordagem estratégica adequada para ajudarem as populações locais a corresponderem aos desafios que os investimentos de terra colocam, ou a interagirem com empresas de forma eficaz, coordenada e construtiva. Daí que as OSCs tendam a ser reactivas e não pró-activas. Isto contribui para uma atmosfera polarizada e não para uma atmosfera orientada para as soluções.

---

47 A definição da Wikipedia é um exemplo ilustrativo: A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é uma forma de auto-regulamentação empresarial integrada num modelo de negócio. A política de RSE funciona como um mecanismo integrado e auto-regulador através do qual uma empresa monitoriza e garante o seu cumprimento activo do espírito da lei, dos padrões éticos e das normas internacionais. Nalguns modelos, a implementação da RSE por parte de uma empresa ultrapassa o cumprimento da lei e envolve-se em “acções que parecem promover algum bem social, para além dos interesses da empresa e do que é exigido por lei”. A RSE é um processo com o objectivo de aceitar responsabilidade pelas acções da empresa e incentivar um impacto positivo através das suas actividades sobre o ambiente, consumidores, trabalhadores, comunidades, partes interessadas e todos os outros membros da esfera pública que possam também ser considerados como partes interessadas.

48 Comunicação pessoal do Bispo Mark Van Koevering.

Tal como anteriormente enfatizado, as OSCs locais podem desempenhar um papel importante como entidades que denunciam situações, chamando a atenção para problemas que precisam de ser abordados. Além disso, são necessários casos de estudo e exemplos concretos de conflitos relacionados com os investimentos de larga escala em terras para apoiar os debates sobre políticas a nível nacional e global. Contudo, ao relatarmos casos específicos como o da Chikweti, as OSCs internacionais e os meios de comunicação nem sempre garantem que os factos e pormenores são validados ou representados de maneira justa. Esta forma de relatar os casos corre o risco de minar a confiança entre os vários intervenientes e consequentemente as possibilidades de diálogo ao nível local. A legitimidade das OSCs locais está em risco se estas organizações estiverem a ser acusadas por qualquer imprecisão nos relatórios internacionais, independentemente da forma como estiveram envolvidas na elaboração dos relatórios, ou se é que estiveram envolvidas.

Para evitar os problemas acima discutidos, e para melhorar o papel estratégico dos que denunciam situações, incluindo a monitoria baseada em provas, a comunicação e a colaboração precisam de ser mais desenvolvidas entre OSCs a nível local, regional, nacional e internacional. O desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento dos fóruns locais e nacionais de OSCs irá possibilitar um equilíbrio de poder melhorado e um melhor diálogo com os intervenientes adequados sobre os investimentos de terras em geral. Estas iniciativas estão a ser desenvolvidas com apoio sueco ao nível nacional, mas como é que isto vai ser transferido para o contexto local permanece ainda por ver.

### **Capacidade e compromisso da Chikweti e dos seus investidores**

O capital para investir na Chikweti até à actualidade não é suficiente para gerir a empresa ao nível actual até que ela comece a gerar lucro. É claro que, a não ser que sejam investidos mais recursos, pode não ser possível desenvolver o negócio de acordo com o nível e o padrão actuais. Geralmente, é difícil para qualquer empresa melhorar o seu desempenho social e ambiental se ela não for financeiramente viável (vide informação importantes mandanças na empresa ocorridas depois da visita da delegação).

*Além da necessidade de recursos financeiros, é preciso fortalecer a capacidade e as ferramentas para desenvolve-*

*er e monitorizar a RSE.* Os investidores parecem ter documentado desadequadamente os objectivos relativos à RSE tal como expressos nos critérios de investimento social e ambiental, o que levou a uma monitoria desadequada do investimento em RSE. Para ser bem-sucedida, a RSE precisa de ser totalmente integrada, desde o nível mais alto do Conselho de Administração até ao nível de implementação no terreno.

A experiência mostra que é do interesse da empresa ter boas relações com as comunidades locais. Contudo, a ambição da responsabilidade social deve ir para além de ser apenas aceite pela população local, em linha com a ambição original de investimento. No entanto, isso implica um compromisso explícito por parte dos investidores. Se e quando novos investidores entrarem em cena, é fundamental que seja mantido o compromisso do investidor para com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

### **A Chikweti pode tornar-se num modelo a seguir?**

Com uma governação clara e estratégica por parte dos seus proprietários e equipa de gestão, a Chikweti poderia tornar-se num modelo de RSE para as empresas florestais em Moçambique. O potencial depende do grau pelo qual os desafios são reconhecidos, os riscos são mitigados, os objectivos de RSE ambiciosos são desenvolvidos e monitorizados, e argumentos económicos claros emergem. Em termos concretos, é mais provável que o potencial se encontre onde possa ser identificado terreno comum entre intervenientes que desejem levar a situação actual para além da polarização, através de ambições honestas e transparência..

### 3. Sugestões

Os passos que se seguem podem contribuir para melhorar os investimentos florestais em geral e as plantações florestais em particular nas operações da Chikweti no Niassa. Alguns destes passos podem até certo ponto ser realizados hoje.

#### Todos os intervenientes locais e nacionais poderão considerar:

- Contribuir para as avaliações participadas de meios de subsistência comunitários em áreas identificadas por empresas florestais, de modo a definirem opções de meios de sobrevivência comunitários actuais e locais e de modo a desenvolverem opções de intervenções apoiadas pelas comunidades, incluindo cooperação para apoiar a gestão sustentável dos recursos naturais em geral e a transição para uma agricultura fixa em particular;
- Contribuir para as medidas activas que garantam um diálogo construtivo e mutuamente respeitador e a possível colaboração com comunidades, OSCs, outras empresas florestais e autoridades governamentais;
- Garantir transparência de modo a prevenir mal-entendidos e deterioração de conflitos existentes entre diferentes intervenientes e dentro e entre comunidades;
- Desenvolver formas de cooperação prática entre a empresa e as OSCs, sem comprometer a independência das OSCs e a sua capacidade de criticarem a empresa;<sup>49</sup>
- Explorar a possibilidade de encontrar financiamento para apoiar a criação de um grupo de criação de um padrão acreditado pelo FSC para Moçambique e do respectivo padrão.

#### A Chikweti pode considerar:<sup>50</sup>

- Desenvolver o formato e a documentação para as consultas comunitárias, incluindo uma interpretação operacional do CLPI, contribuindo para a criação de um fórum de intervenientes locais sobre plantações,

e colaborando para o desenvolvimento agrícola

- Realizar uma avaliação estratégica do risco – ou actualizar uma que já exista –, tendo em conta o impacto social, ambiental e nos direitos humanos. Com base na avaliação do risco, formular objectivos, indicadores, acções de mitigação e mecanismos de monitoria. Considerar a integração dos mecanismos de monitoria e elaboração de relatórios com a monitoria financeira e os relatórios existentes.
- Clarificar o compromisso da empresa para com as normas internacionais de RSE. Além do seu compromisso para com as convenções da OMT, os princípios e critérios FSC, e os padrões operacionais ISO sobre gestão ambiental (e possivelmente outros padrões internacionais; ver Anexo 5), a Chikweti pode considerar usar como referência os *Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e as Directrizes Voluntárias da FAO sobre Governação Responsável dos Regimes de Propriedade aplicáveis à Terra, às Pescas e às Florestas* e tornar estas normas parte integrante da definição e do compromisso de RSE da empresa.
- Continuar a melhorar a transparência e a comunicação com o público.<sup>51</sup> Os contratos e a documentação das consultas e os relatórios sobre o desempenho legal e no âmbito da RSE são dois exemplos em que uma maior transparência pode tornar possível o diálogo, prevenir mal-entendidos e conflitos e construir confiança.
- Criar um mecanismo de tratamento de reclamações (MTR). Durante a visita não ficou claro para nós como é que a empresa lida com reclamações, disputas e litígios, e como é que tenta resolvê-los, incluindo a disponibilização de indemnizações quando for relevante. O MTR é um elemento importante para desenvolver a prestação de contas por parte das organizações.<sup>52</sup> Ele minimiza o risco de as pessoas levarem o seu descontentamento para outro lado e é uma ferramenta para uma organização ou empre-

49 Um exemplo recente e encorajador é uma iniciativa de capacitação planeada, focada na liderança dos régulos, que está a ser desenvolvida pela equipa de RSE da Chikweti e pela UCA.

50 Algumas destas sugestões podem ser relevantes para outras empresas florestais no Niassa.

51 De acordo com a política financeira da Igreja da Suécia a nível nacional, a Igreja da Suécia deve investir em empresas responsáveis. Uma das exigências específicas feita a uma empresa responsável é que ela deve reportar “a forma como verifica a aplicação do seu código de conduta escolhido”.

sa recolher informação que vai ajudar a melhorar as suas actividades. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas dão orientações sobre MTR (princípio n.º 29) e ele aplica-se a inúmeros critérios nos Princípios e Critérios FSC.<sup>53</sup>

- Fortalecer a capacidades de RSE na organização, em especial em relação às questões de género e à inclusão das mulheres.
- Manter o processo do Fundo Social separado no tempo em relação ao processo de aquisição de direitos de terra. As consultas sobre aquisição de direitos de terra são em teoria separadas das discussões sobre o Fundo Social, pois deve haver primeiro um acordo sobre a terra, depois do qual começam as discussões sobre a forma como deve ser a relação entre a empresa e a comunidade. No entanto, descobrimos que há o risco de estes processos se confundirem na prática e de as comunidades locais os verem como aspectos diferentes do mesmo processo. Por isso, sugerimos que a aquisição de direitos de terra seja concluída antes de ser criado o Fundo Social.
- Quando for economicamente viável, aumentar os pagamentos para o Fundo Social;
- Reformular o programa do Fundo Social de tal forma que ele contribua para alcançar mudanças estruturais e melhorar condições de vida a longo prazo, por exemplo, promovendo a delimitação de terras e o desenvolvimento agrícola.
- Estabelecer metas para aumentar a proporção de mulheres contratadas (por exemplo, nos critérios sociais e de desempenho comunitário; ver Anexo 5).
- De forma transparente, rever e adoptar recomendações relevantes elaboradas por especialistas para mitigar os efeitos sociais e ambientais negativos no contexto do Niassa das plantações florestais em geral e de eucaliptos em particular.<sup>54</sup>
- Procurar coordenar esforços com outras empresas florestais em relação a diálogos governamentais para estabelecer claramente a clareza dos papéis e responsabilidades do sector privado em relação ao

governo, e tomar a iniciativa de criar um fórum de empresas florestais de modo a desenvolver um código de conduta comum que também seja apoiado pela sociedade civil.

#### **As OSCs locais podem considerar:**

- Fortalecer a capacidade de agir como observadoras estratégicas e baseadas em provas, ligadas aos fóruns de OSCs nacionais relevantes.
- Explorar, de forma estratégica, oportunidades de colaboração e financiamento que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da gestão florestal e para o alívio da pobreza na província.

#### **O governo de Moçambique pode considerar:**

- A nível nacional e provincial, manter o seu papel como regulador e monitorizar a implementação da legislação de terras e florestas, de modo a garantir que os investimentos não só contribuem para o crescimento económico mas também levam ao desenvolvimento da sociedade em geral e à redução da pobreza em particular.
- Realizar uma Avaliação de Impacto Ambiental Estratégica em relação ao impacto da expansão agrícola de grande escala e das plantações florestais, em especial em relação ao impacto nos recursos hídricos.
- Incorporar as *Directrizes Voluntárias da FAO sobre Governança Responsável dos Regimes de Propriedade aplicáveis à Terra, às Pescas e às Florestas* no quadro legislativo.
- Continuar a desenvolver o processo de zonamento de terras, sobretudo em termos de participação e reconhecimento dos desafios sociais e ambientais.
- Garantir o cumprimento da lei de terras de modo a garantir o direito à terra. Uma forma de melhorar a implementação do quadro legislativo é dar início a processos com múltiplos intervenientes.<sup>55</sup>
- Desenvolver uma estratégia coordenada, através de

52 No seu trabalho internacional, e tal como requerido pela certificação da HAP (Humanitarian Accountability Partnership), a Igreja da Suécia criou uma RSE.

53 Por exemplo, a organização certificada irá "...de forma atempada...resolver as disputas relativas à lei estatutária e consuetudinária ...através do envolvimento com os intervenientes afectados..."(Critério 1.6). Além disso, a organização certificada, "...através do envolvimento com as comunidades locais, irá ter mecanismos para resolver litígios e disponibilizar uma indemnização justa às comunidades locais e aos indivíduos em termos dos impactos das actividades de gestão da organização..."(Critério 4.6).

54 Processos de Consulta de Especialistas Regionais sobre Eucaliptos, 4 a 8 de Outubro, 1993 Volume I <http://www.fao.org/docrep/005/ac777e/ac777eob.htm#TopOfPage>

um processo com múltiplos intervenientes, para apoiar o desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores no Niassa. a coordinated strategy to support sustainable development of agricultural smallholdings in Niassa.

#### **O GSFF e a Diocese de Västerås, investidores na Chikweti, podem considerar:**

- Reconhecer publicamente e pedir desculpa pelos erros do passado cometidos para com as comunidades locais implicadas no Niassa e para com a Diocese do Niassa.<sup>56</sup>
- Aumentar a sua visibilidade e presença.
- Garantir que há suficiente competência de RSE ao nível do Conselho de Administração para que esta perspectiva esteja representada nas decisões estratégicas.
- Decidir sobre indicadores de nível de desempenho de RSE claros e relevantes para o contexto do Niassa.
- Comunicar publicamente o desempenho de RSE da Chikweti.
- A Diocese de Västerås, tendo uma relação especial com a Igreja Anglicana em Moçambique, em particular a Diocese de Lebombo, pode considerar procurar oportunidades para apoiar o alívio da pobreza no Niassa para além da Chikweti, com base na situação presente.

#### **O governo sueco e a ASDI podem considerar:**

- Apoiar um processo de múltiplos intervenientes orientado pelo governo para desenvolver e implementar uma estratégia para o desenvolvimento agrícola sustentável e a gestão sustentável de recursos naturais no Niassa.
- Apoiar o desenvolvimento de ligações entre a gestão de recursos naturais, o processamento de produtos e o desenvolvimento de mercados na perspectiva do pequeno agricultor.
- Apoiar a conformidade com os direitos de terra.
- Apoiar a criação de um grupo de desenvolvimento de um padrão acreditado pelo FSC para Moçambique e do respectivo padrão.

#### **As OSCs internacionais podem considerar:**

- Apoiar a capacidade de as organizações locais da sociedade civil e as comunidades acederem directamente aos proprietários de empresas (multinacionais) e aos governos (estrangeiros e nacionais), de modo a dar voz às suas preocupações e assim reduzir os riscos associados com o facto de eles serem representados pelas ONGs internacionais.
- Garantir que a informação que é partilhada e divulgada é factual e de confiança. Quando for divulgada informação incorrecta, isto deve ser reconhecido e corrigido. Material informal e insuficientemente investigado deve ser questionado. As organizações da sociedade civil irão assim ganhar o respeito devido para funcionarem como observadores de confiança.
- Aumentar a parceria estratégica, incluindo uma divisão eficaz de papéis e responsabilidades entre OSCs em relação às funções como observadoras, às actividades de pressão, à partilha de informação, à competência e capacitação, à participação nos fóruns de intervenientes, e ao desenvolvimento de projectos com potencial de transformação.
- Apoiar organizações comunitárias de base em projectos transformativos em relação à gestão de recursos naturais, incluindo o desenvolvimento de empreendedorismo. Contribuir para modelos de investimento alternativos que incorporem gestão de recursos naturais, controlados localmente, para o desenvolvimento de produtos e ligações aos mercados
- Procurar formas de contribuir para soluções estratégicas em relação à forma como os investimentos de terra em larga escala podem fortalecer as ligações e o apoio disponibilizado aos pequenos camponeses.
- Procurar parcerias para trabalhar no sentido de encontrar soluções construtivas para os conflitos, ao mesmo tempo que se respeita a integridade das OSCs e os riscos para a reputação.
- Explorar a possibilidade de apoiar e encontrar financiamento para a criação de um grupo de desenvolvimento de um padrão acreditado pelo FSC para Moçambique e do respectivo padrão.

<sup>55</sup> O Fórum Nacional de Terras iniciado/patrocinado pela iTC é um exemplo dessa plataforma de múltiplos intervenientes na qual as questões de terra são discutidas entre o governo, as organizações de camponeses, as OSCs, os representantes do sector privado, os doadores, etc. Outro exemplo deste tipo de abordagem é o *WWF GFTN/TRAFFIC Legality Framework Assessment* para avaliar a legalidade das operações florestais, o processamento e o comércio de madeiras. <http://declaration.forestlegality.org/tools-guides/wwf-gftntraffic-legality-framework-assessments>

<sup>56</sup> Além da declaração feita pelo novo Bispo de Västerås a 27 de Abril de 2012 de que “os erros serão corrigidos”.

## 4. Considerações finais

Em agradecimento a todos os que contribuíram para o nosso entendimento da situação e que tornaram possível o trabalho da delegação, deixamos aqui estas reflexões do Bispo Mark Van Koevering da Diocese do Niassa para concluir o nosso relatório conjunto:

*Depois de mais de 30 anos a observar programas de desenvolvimento comunitário em África e na Ásia, tenho dúvidas de que as OSCs sejam a única resposta. Pessoalmente, penso que precisamos de usar a máquina capitalista do investimento, mas com controlos. O nosso sonho foi que isto podia ser feito de forma ética para que as pessoas fossem tratadas com justiça e dignidade e pudessem participar nos ganhos. Isso nem sempre aconteceu. E nalguns casos aconteceu mesmo o oposto. Penso que fomos ingénuos e penso que uma entrada inesperada de capital mudou o âmbito do projecto, tornando difícil que ele respondesse adequadamente à dimensão e à complexidade do novo investimento.*

*O que é que nos resta? Temos uma empresa que aprendeu muitas lições duras mas que agora está a produzir plantações magníficas que competem com as taxas de crescimento em qualquer parte do mundo. Os custos ainda são demasiado elevados (mesmo com terra 'de graça'), mas há uma força de trabalho formada e dedicada capaz de produzir uma boa plantação que vai trazer lucro à empresa. Acredito que a Igreja da Suécia, pelo menos a Diocese de Västerås, ainda está comprometida com um negócio sustentável e ético que mude as vidas para melhor no Niassa. E é preciso que as OSCs, as organizações comunitárias, o governo, as igrejas locais e a empresa trabalhem em conjunto algumas das outras questões-chave destacadas no relatório. Isto é possível, se houver uma nova fonte de capital. Esse parece ser o problema neste momento. A informação negativa e os desafios reais de estabelecer uma empresa bem-sucedida no Niassa afastaram muitos investidores e temo que o Niassa volte a perder – uma vez mais. Mas espero que não, e gostaria de continuar a acreditar que algum bem foi feito e que mais pode ainda vir desta aventura, mas vai ser necessária coragem e cooperação. Eu ainda acredito em milagres.*

Foto: Anders Ölund



O Bispo Mark Van Koevering estava profundamente envolvido no Chikweti durante os primeiros anos. Aqui com a esposa Revd Helen Van Koevering na residência do Bispo num encontro com a delegação.

# Anexo 1. Análise adicional: FSC e questões ambientais

## Desafios para o FSC em Moçambique

A ausência de um padrão FSC nacional e o facto de o processo para o desenvolver ter chegado a um ponto de paragem é um desafio para as empresas florestais que desejam obter a certificação FSC em Moçambique. Não há financiamento e o grupo de criação de um padrão nacional não foi ainda aprovado nem registado no FSC a nível internacional.<sup>57</sup> Além disso, o FSC a nível internacional evoluiu e um processo nacional a recomençar vai precisar de criar indicadores nacionais de acordo com os Princípios e Critérios FSC revistos,<sup>58</sup> incluindo o estudo das qualidades destes em relação aos indicadores genéricos do FSC internacional, que se espera que estejam concluídos até meio de 2014.<sup>59</sup> As OSCs em Moçambique também parecem ver a criação de um padrão FSC nacional como não prioritário. É provável que seja necessária capacitação, caso o FSC queira avançar em Moçambique.

Outro obstáculo possível para o FSC ultrapassar em Moçambique é que não há uma entidade certificadora acreditada pelo Serviço de Acreditação Internacional (ASI) a nível nacional. O ASI é a entidade acreditadora que, em nome do FSC, deve verificar se as entidades certificadoras que desejem realizar certificação e auditorias cumprem os padrões de acreditação do FSC.<sup>60</sup> As empresas que desejam alcançar a certificação FSC têm de usar uma entidade certificadora que tenha sido certificada pelo ASI. Actualmente, as entidades certificadoras acreditadas pelo ASI/FSC estão sediadas na África do Sul. Isto pode ser desafiante em termos de custos de certificação para as empresas, mas também em termos de competência da entidade certificadora para compreender o contexto nacional e, por isso, ter credibilidade. Uma entidade certificadora nacional acreditada pelo FSC iria melhorar em muito esta situação.

## Critérios FSC particularmente interessantes para a Chikweti

Sem um padrão FSC nacional largamente apoiado pelos intervenientes e com indicadores adoptados a nível nacional para os Princípios e Critérios FSC (P&C), é difícil avaliar o cumprimento das normas FSC. Contudo, quando os Indicadores Genéricos Internacionais (IGI) estiverem em funcionamento, haverá uma boa base a partir da qual se pode trabalhar. Foi feita uma pré-avaliação por uma entidade certificadora acreditada pelo FSC cujos resultados não foram partilhados com a delegação.

Desejamos afirmar explicitamente que não é possível as pessoas que fazem visitas de curta duração sem competência certificadora adequada avaliarem o grau de cumprimento da Chikweti em relação aos P&C FSC. Daí que estejamos apenas a destacar alguns dos possíveis desafios relacionados com os P&C FSC experienciados durante a visita e que podem necessitar de ser mais explorados no futuro. Consequentemente, a empresa pode estar a cumprir estes critérios FSC específicos apesar de isto não ser evidente para a delegação.

É importante notar que foram usados os P&C FSC revistos e aprovados pelos membros do FSC em Fevereiro de 2012. Não se espera que eles estejam operacionais até ter sido concluído um processo diferente mas intimamente ligado – o processo dos Indicadores Genéricos Internacionais e o processo de transferência para Padrões Nacionais.<sup>61</sup>

A seguir apresentamos algumas áreas, ilustradas por critérios FSC seleccionados nas quais a Chikweti pode ainda encontrar desafios:

57 <https://ic.fsc.org/registered-sdgs.655.htm>

58 <https://ic.fsc.org/principles-and-criteria.34.htm>

59 <http://igi.fsc.org/index.htm>

60 <http://www.accreditation-services.com/>

61 <https://ic.fsc.org/the-revised-pc.191.htm>

### Consultas comunitárias

De acordo com o critério FSC 4.2, a empresa certificada deve “...reconhecer e assegurar os direitos legais e consuetudinários...” e “...A delegação a terceiros por parte das comunidades locais do controlo sobre as actividades de gestão requer o Consentimento Livre, Prévio e Informado...”. A forma como a empresa interpretou o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) no processo de consulta comunitária, em termos de delegação de direitos de uso da terra, não ficou evidente durante a visita.

### Economia diversificada, benefícios sociais e factores externos

Embora a empresa tenha um programa social, não ficou evidente até que ponto o critério 4.4, por exemplo, é cumprido: “A Organização irá implementar actividades adicionais, através do envolvimento das comunidades locais, que contribuam para o seu desenvolvimento social e económico, proporcional à escala, intensidade e impacto socioeconómico das suas actividades de gestão.”

Além disso, não ficou claro como é que a empresa agiu para “...identificar, evitar e mitigar os impactos negativos significativos a nível social, ambiental e económico das suas actividades de gestão sobre as comunidades afectadas... proporcional à escala, intensidade e risco...”, de acordo com o critério 4.5.

O acima referido é ainda mais amplificado no critério 5.3, no qual uma operação certificada pelo FSC deve demonstrar factores externos positivos e negativos da operação no plano de gestão. Os benefícios e/ou produtos diversificados baseados no leque de recursos e serviços do ecossistema serão identificados dentro da unidade de gestão, de modo a “...fortalecer e diversificar a economia local em proporção com a escala e intensidade das actividades de gestão ...” (Critério 5.1).

Além disso, o Princípio FSC 9 tem dois Altos Valores de Conservação social (HCV na sigla inglesa) específicos que uma empresa certificada deve avaliar, desenvolvendo estratégias e medidas para manter ou valorizar. Estes valores são:

- HCV 5 – Locais comunitários. Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais ou dos povos indígenas (meios de subsistência, saúde, nutrição, água, etc.)

identificados através do envolvimento destas comunidades ou povos indígenas.

- HCV 6 – Valores culturais. Locais, recursos, habitats e paisagens com significado global ou nacional, cultural, arqueológico ou histórico e/ou com importância crítica cultural, ecológica, económica ou religiosa/sagrada para as culturas tradicionais das comunidades locais ou povos indígenas, identificados através do envolvimento dessas comunidades locais ou povos indígenas.

Durante a visita, não foi evidente como é que a Chikweti aborda estes altos valores de conservação social.

### Tratamento de reclamações, disputas e litígios e indemnizações

Durante a visita, não ficou claro como é que a empresa lida com reclamações, disputas e litígios e como é que os resolve, incluindo a disponibilização de indemnizações quando relevante. Isto aplica-se a inúmeros critérios dos P&C FSC. Por exemplo, a organização certificada deverá “...de forma atempada...resolver as disputas em relação à lei estatutária e consuetudinária... através do envolvimento com os intervenientes afectados...” (Critério 1.6).

Da mesma forma, a organização certificada deverá, “... através do envolvimento com os trabalhadores... ter mecanismos para resolver os litígios e para disponibilizar uma indemnização justa aos trabalhadores por perda ou dano de bens, doenças ocupacionais, ou ferimentos ocupacionais sofridos enquanto trabalham para a organização...” (Critério 2.6).

Além disso, “...através do envolvimento com as comunidades locais...”, a organização certificada “...irá ter mecanismos para resolver litígios e disponibilizar uma indemnização justa às comunidades locais e aos indivíduos em relação aos impactos das actividades de gestão da organização...” (Critério 4.6).

O acima referido também se liga ao critério 4.8, no qual a organização certificada “...deverá assegurar o direito de as comunidades locais protegerem e utilizarem o seu conhecimento tradicional e deverá compensar as comunidades locais pela utilização desse conhecimento e pela sua propriedade intelectual...”.

## Valores ambientais – floresta natural e biodiversidade

Em geral, os Princípios e Critérios FSC instruem as empresas a identificarem, mitigarem, protegerem e, onde adequado, reporem valores ambientais. Ver princípio FSC 6: “Valores Ambientais e Impactos” e princípio 9: “Altos Valores de Conservação”. Daí que a empresa precise de ter uma certa competência para avaliar e desenvolver medidas mitigadoras, protectoras e de reposição. Não foi evidente como é que a empresa lida com o critério 6.4: “A Organização deverá proteger espécies raras e os seus habitats na Unidade de Gestão através de zonas de conservação, áreas de protecção, medidas de conectividade elou (onde necessário) outras medidas directas para a sua sobrevivência e viabilidade...”. Além disso, a equipa de gestão admitiu que, no passado, ocorreu um certo grau de desflorestação. A empresa sueca Metria realizou um estudo para avaliar o grau de desflorestação. Contudo, este relatório ainda não tinha sido disponibilizado ao público na altura da visita.

O critério FSC 6.9 afirma:

*A Organização não deverá converter a floresta natural em plantações, nem as florestas naturais ou plantações em qualquer outro uso de terra, excepto quando a conversão:*

- a) afectar uma porção muito limitada da área da Unidade de Gestão*
- b) e produzir benefícios de conservação a longo prazo que sejam claros, substanciais, adicionais e seguros na Unidade de Gestão*
- c) e não danificar ou ameaçar os Altos Valores de Conservação, nem quaisquer locais ou recursos necessários para manter ou valorizar esses Altos Valores de Conservação.*

A equipa de gestão da Chikweti alegou que estavam em diálogo com o FSC para resolver a questão da desflorestação. No entanto, o grau aceitável de conversão, isto é, “...a porção limitada...” de florestas naturais ou outras áreas de alto valor de conservação e a forma como isto deve estar ligado aos “...benefícios de con-

servação a longo prazo que sejam claros, substanciais, adicionais e seguros...” seriam mais bem determinados através de um processo com intervenientes nacionais. Uma vez mais, isto enfatiza a necessidade de criar um grupo de desenvolvimento de um padrão nacional aprovado pelo FSC com participação alargada das partes interessadas. Esta não é apenas uma questão para a Chikweti por si, mas potencialmente para todas as empresas florestais que pretendam obter a certificação FSC em Moçambique.

## Valores ambientais – água

A Chikweti pretende estabelecer plantações de árvores de crescimento rápido. O crescimento está fortemente ligado à área foliar, isto é, a folhagem que intercepta a luz solar para realizar a fotossíntese. Contudo, uma área foliar grande por hectare também leva a uma evapotranspiração elevada, ou seja, a um consumo elevado de água. O Niassa tem uma boa quantidade de precipitação em termos de Moçambique. Lichinga tem um clima húmido subtropical e uma precipitação anual de cerca de 1.100 a 1.200 mm/ano. No entanto, a medida em que esta precipitação é suficiente para corresponder à evapotranspiração das plantações de árvores de crescimento rápido em vastas áreas sem afectar negativamente a água subterrânea e os cursos de água no Niassa ainda precisa de ser determinada. Os especialistas em plantações de eucalipto reconheceram que a plantação de florestas extensas de eucalipto em qualquer bacia de captação desflorestada irá diminuir substancialmente a captação de água dessa bacia, e propuseram medidas de monitoria e mitigação.<sup>62</sup> É relevante que as empresas florestais responsáveis apresentem provas de que os potenciais efeitos negativos são evitados ou mitigados.

A equipa de gestão da Chikweti está a concentrar-se em várias espécies de eucaliptos (*Eucalyptus grandis*, *E. urograndis* e *E. dunni*) nas plantações e parece estar a abandonar o uso de *Pinus maximinoi*. A razão para isto, de acordo com a equipa de gestão da Chikweti, é que esta última espécie só tem um incremento médio anual (IMA) de 10-16 m<sup>3</sup>/ha e espera-se que as espécies de eucalipto tenham um IMA de 30-40 m<sup>3</sup>/ha. Uma possível razão para a taxa de crescimento mais elevada do eucalipto é que este tem uma folhagem maior a inter-

62 Processos de Consulta de Especialistas Regionais sobre Eucaliptos, 4 a 8 de Outubro, 1993 Volume I  
<http://www.fao.org/docrep/005/ac777e/ac777eob.htm#TopOfPage>

ceptar a luz quando comparada com o *Pinus*, provavelmente com maior consumo de água, assumindo que a água está disponível.<sup>63</sup>

Um estudo de uma monocultura de *Eucalyptus camaldulensis* nas Pampas argentinas concluiu que cerca de 67 por cento da água usada pela plantação tinha origem em água subterrânea.<sup>64</sup> As condições destes estudos não são directamente comparáveis com as do Niassa, mas elas destacam a importância de realizar estudos de equilíbrio hídrico adequados e de monitorizar continuamente quando se estabelecem plantações de árvores de crescimento rápido em regiões com precipitação moderada e/ou errática. Isto é particularmente relevante em relação aos efeitos esperados das mudanças climáticas na África Subsariana. O uso de água pelo eucalipto é uma questão controversa, e o impacto destas árvores de crescimento rápido nos recursos hídricos está bem documentado, embora nem sempre os resultados sejam consistentes. Daí que, por exemplo, restrições legislativas na África do Sul limitem a continuação da florestação com este tipo de árvores.<sup>65</sup> A gravidade dos problemas associados à disponibilidade de água parece ser maior em áreas onde as plantações são grandes em dimensão e cobrem a maior parte da bacia de captação, ou em lugares com precipitação sazonal.<sup>66</sup>

Tal como previamente referido, os P&C FSC exigem operações certificadas para preservar valores ambientais e serviços do ecossistema e mitigar o impacto negativo sobre estes. Isto é especialmente importante no que diz respeito às questões de água. Isto tem relevância para o

seguinte

- FSC HCV 6, ou seja, “...recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais...”
- FSC HCV 4 “...serviços fundamentais do ecossistema. Serviços básicos do ecossistema em situações críticas, incluindo a protecção das bacias de captação de água...”
- Critério FSC 6.7 “...A Organização deverá proteger ou repor cursos de água naturais, massas de água, zonas ribeirinhas e as suas ligações. A Organização deverá evitar impactos negativos na qualidade e quantidade da água e mitigar e remediar as que ocorram...”
- Critério FSC 10.10 “...A Organização deverá gerir o desenvolvimento de infraestruturas, actividades de transporte e silvicultura de modo a que os recursos hídricos e os solos sejam protegidos...”

---

63 Myers et al., 1996, “Growth and water use of *Eucalyptus grandis* and *Pinus radiata* plantations irrigated with effluent”, *Tree Physiology*, Vol. 16, 211–219 <http://treephys.oxfordjournals.org/content/16/1-2/211.full.pdf+html>

64 Engel et al., 2005, “Hydrological consequences of Eucalyptus afforestation in the Argentine Pampas”. *Water Resources Research*, Vol. 41, <http://biology.duke.edu/jackson/wrr05.pdf>

65 Albaugh et al., 2013, “Eucalyptus and Water Use in South Africa”. *International Journal of Forestry research*. Vol. 2013 <http://www.hindawi.com/journals/ijfr/2013/852540/>

66 W.S. DVORAK, 2012, “Water use in plantations of eucalypts and pines: a discussion paper from a tree breeding perspective”. *International Forestry Review*. Vol.14(1), 2012 [http://www.camcore.org/publications/JournalPubs/pubs2012/2012Dvorak\\_waterUseEucalyptusAndPine.pdf](http://www.camcore.org/publications/JournalPubs/pubs2012/2012Dvorak_waterUseEucalyptusAndPine.pdf)

## Anexo 2. Análise adicional de questões relacionadas com o desenvolvimento agrícola

### Uso tradicional da terra

A maioria da população rural no Niassa está inteiramente dependente dos recursos naturais, tendo como base de sobrevivência uma agricultura tradicional de subsistência. O cultivo itinerante é um método agrícola tradicional no Niassa, tal como o é em muitas outras partes de África. Desde que a população seja reduzida e o período de pousio seja longo – 20 a 30 anos –, o sistema é sustentável, pois a fertilidade do solo é repostada entre períodos de cultivo. Quando há menos terra disponível para a agricultura devido a um aumento da população ou a um aumento de outros usos da terra, como as plantações florestais, os períodos de pousio tornam-se gradualmente mais curtos e a fertilidade do solo não será repostada entre períodos de cultivo.

Uma *machamba* (pequeno campo agrícola) é normalmente usada apenas por três anos. Mesmo numa perspectiva de curto prazo, este facto complica a relação entre investidores florestais e comunidades rurais. Converter terra de floresta degradada ou terra inexplorada em grandes plantações florestais sem uma mudança correspondente dos métodos agrícolas vai resultar em conflitos por causa da terra e provavelmente também vai aumentar a degradação da terra.<sup>67</sup>

De acordo com o pessoal e a equipa de gestão da Chikweti, bem como o Bispo Mark da Diocese do Niassa, os camponeses na realidade não fazem rotação dos seus campos. Em vez de regressarem às machambas antigas passados uns anos, deslocam as actividades agrícolas para outro local, entrando nas florestas naturais. Se for esse o caso, usar machambas abandonadas para fazer plantações não iria criar competição entre agricultura e plantação florestal. No entanto, a percepção de que a agricultura tradicional está constantemente em movimento e não em rotação foi contestada por um indivíduo que

cresceu no Niassa e com quem reunimos no fórum de intervenientes.

### A necessidade de transição para uma agricultura fixa e sustentável

Em 2008, um estudo sobre Direitos Comunitários de Terra no Niassa concluiu que, se a visão de desenvolvimento planeada para a Província do Niassa consistir em incluir investimentos em grande escala na área florestal, a população não pode manter o sistema actual de ciclos alargados de pousio e uso extensivo de recursos da terra.<sup>68</sup>

De acordo com a equipa de gestão da Chikweti, as plantações da empresa estão actualmente demasiado dispersas. Por razões logísticas e financeiras, a estratégia da empresa é manter as plantações futuras mais concentradas. Os mapas mostrados à delegação para ilustrar o processo planeado de uso da terra sugerem que a Chikweti propõe que uma larga proporção da terra (cerca de dois terços) em certas áreas seja destinada a plantações. O resto da terra seria reservada para zonas tampão perto de cursos de água, etc. e para agricultura perto dos aldeamentos. Esta mudança no uso da terra só será benéfica para as comunidades locais se houver apoio para tornar possível uma transição rápida para uma agricultura fixa.

Se as plantações florestais em certas áreas aumentarem da forma como estes mapas sugerem, o método de agricultura tradicional não vai ser sustentável e terá de ser substituído por agricultura sustentável e fixa.

Como ponto de partida, as propostas para actividades futuras de extensão rural devem basear-se no próprio conhecimento e experiência dos camponeses. Os camponeses já gerem alguns dos métodos cujo objectivo é manter e melhorar a fertilidade do solo, mas estes méto-

67 Susanne von Walter *et al.*, 2006, *Lichinga Field study: Linkages between livelihoods and natural resources*. ORGUT.

68 Gunilla Åkesson, André Calengo e Christoffer Tanner, 2008, *Estudo sobre Direitos Comunitários de Terra na Província do Niassa, Moçambique* (22 Abril-22 Maio 2008).

dos tornam-se ineficazes numa situação em que o seu acesso à terra, bem como o sistema tradicional de pouso e rotação de culturas, estão restritos e são alterados pelos novos investimentos privados.<sup>69</sup>

### Espécies alternativas e nativas

Tal como foi previamente referido, a plantação em larga escala de espécies exóticas como o eucalipto diminui a biodiversidade e implica diversos riscos ambientais. Por isso, há uma razão para realizar ensaios em pequena escala com espécies alternativas e nativas, que possam tornar-se financeiramente lucrativas a longo prazo. Eis alguns exemplos de espécies que podem ser consideradas: uma madeira dura de elevado valor adequada para plantar em Moçambique é a *Khaya nyasica* (mogno vermelho), com um período de rotação de cerca de 30 anos,<sup>70</sup> juntamente com a *Milicea excels*, que em Mombo, na Tanzânia, chegou a alcançar 37 metros em 41 anos. Outras espécies de miombo de elevado valor e ocorrência natural incluem a *Pterocarpus angolensis*, a *Azelia quanzensis* e a *Millettia stuhlmannii*. O período de rotação para a teca (*Tectona grandis*) pode ser de 80 anos, mas também pode ser muito mais curto. A *Podocarpus usambarensis* também tem um período de rotação de 50 a 75 anos.<sup>71</sup>

As espécies que se seguem são adequadas para produção de lenha e carvão e por isso são importantes para incluir nos lotes de mata das aldeias: *Eucalyptus citriodora*, *Acacia nilotica*, *Acacia seyal*, *Markhamia lutea* (esta última também é boa para fazer postes). Deve haver precaução com a *Acacia mearnsii*, pois ela é conhecida como sendo invasiva.

### Possibilidades de coabitação de culturas

O sistema taungya nos trópicos é, tal como o cultivo itinerante, um precursor da agro-silvicultura. Basicamente, consiste em realizar culturas agrícolas anuais em conjunto com espécies florestais durante os primeiros anos do estabelecimento da plantação florestal. Os camponeses cuidam das mudas de plantas florestais e, em troca, ficam com uma parte ou a totalidade dos produtos agrícolas. Um benefício óbvio para a empresa florestal é que não é necessário pulverizar a plantação com pesticidas químicos. Este acordo dura dois ou três anos, e durante esse tempo as espécies florestais crescem e expandem a sua folhagem. Habitualmente, durante este período a fertilidade do solo decresce, algum solo perde-se para a erosão e as ervas daninhas infestam a área, tornando assim a produção de culturas não remuneratória, se não mesmo impossível. O sistema taungya é usado sobretudo na Ásia, originalmente com teca e arroz, seguidos mais tarde de árvores da borracha e arroz, mas também por exemplo na Tanzânia, com pinheiros. A *Acacia mearnsii* em Njombe é também frequentemente usada com um sistema de coabitação de culturas taungya. Também é possível usá-la com eucalipto, quando a precipitação é elevada: está actualmente a ser implementada em plantações em larga escala de eucaliptos pela empresa florestal Stora Enso no Laos.<sup>72</sup> Dado o elevado nível de precipitação em Moçambique, pode valer a pena experimentar este sistema no Niassa.

---

69 Ibid.

70 De acordo com a Universidade Sokoine, Morogoro, Tanzânia.

71 Sugestões dadas por Peter Murless, especialista florestal a trabalhar na Tanzânia em projectos de reflorestação apoiados pela Igreja da Suécia.

72 Sebastian Levall e Brita Prejer, 2013, *Inclusive business and shared values – Case study of Stora Enso in Lao PDR*. SLU.

# Anexo 3. Termos de referência e membros da delegação

## OPORTUNIDADES E DESAFIOS DOS INVESTIMENTOS DE TERRA E DE DESENVOLVIMENTO – LIÇÕES DE MOÇAMBIQUE

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A MISSÃO DE AVERIGUAÇÃO DE FACTOS SOBRE A CHIKWETI, 14 A 23 DE OUTUBRO DE 2013

### Antecedentes

A Diocese de Västerås é parceira no *Global Solidarity Forest Fund*, GSFF, um fundo de investimento que é proprietário da empresa florestal Chikweti. O investimento em plantações de árvores tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento económico na região, bem como trazer retornos financeiros para o investidor. Contudo, a Chikweti não tem conseguido apresentar os resultados esperados no alcance dos objectivos financeiros, ambientais e sociais. Além disso, o projecto tem sido alvo de enormes críticas por parte de OSCs locais e internacionais e por parte dos meios de comunicação. Uma preocupação-chave tem a ver com os conflitos com as comunidades locais sobre o uso da terra, em parte resultantes de consultas comunitárias desadequadas. Outras questões que foram levantadas dizem respeito ao impacto ambiental e a questões laborais. Desde 2011 que foram realizadas grandes mudanças.

Na sequência das críticas, a Diocese de Västerås organizou em Junho de 2012 um seminário público sobre investimentos florestais, com representantes das OSCs críticas convidados como oradores. Uma conclusão geral do seminário foi que muitas das questões que tinham sido sujeitas a críticas tinham sido tratadas pela empresa no seguimento de grandes mudanças na equipa de gestão e nas políticas da Chikweti em 2011. Numa reunião de acompanhamento após o seminário, foi decidido que uma delegação conjunta do escritório nacional da Igreja da Suécia e da Diocese de Västerås deveria estudar as oportunidades e desafios dos investimentos florestais em Moçambique. A Chikweti será usada como caso de estudo, e será dada especial atenção às questões alvo de crítica e às medidas tomadas para melhorar a gestão e as políticas, de modo a tratá-las. Será também analisado o grau segundo o qual as mudanças se traduziram em condições melhoradas no terreno.

### Objectivos

Os representantes da Diocese de Västerås e do Conselho Directivo da Igreja da Suécia, em colaboração com os representantes do We Effect e um especialista do WWF, vão:

- *fazer uma avaliação conjunta* do impacto do projecto, incluindo as questões críticas que foram levantadas;
- *obter mais conhecimentos* sobre a situação actual na área de projecto;
- relacionar a Chikweti e o desenvolvimento em geral no Niassa com os quadros éticos relevantes (normas orientadoras da ONU, Directrizes Voluntárias da ONU).
- *Identificar lições aprendidas* e áreas para novos desenvolvimentos/melhorias.

Além disso, diferentes participantes podem ter objectivos específicos adicionais. São dados exemplos no anexo.

### Questões a abordar

- Quais os prós e contras deste tipo de iniciativa em comparação com a ajuda tradicional ao desenvolvimento?
- Como é que os investimentos de terras e a ajuda tradicional ao desenvolvimento podem colaborar e acrescentar valor um ao outro?
- Quais foram os principais benefícios e problemas com as operações da Chikweti, na perspectiva da comunidade local, da empresa, do proprietário e do governo?
- Até que ponto é que há competição pela terra entre o cultivo itinerante e as plantações da Chikweti, em termos de área e geograficamente, e como é que isto se manifesta?
- Quais as mudanças decididas e implementadas nas políticas e na gestão da Chikweti, e porquê?

- Quais são os resultados dessas mudanças (financeiras, sociais e ambientais)?
- Até que ponto é que a Chikweti respeitava/respeita as normas relevantes, incluindo as políticas de terra nacionais, as Directrizes Voluntárias sobre o regime de terras e o princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado? Que requisitos é que são razoáveis?
- Até que ponto é que as mulheres são envolvidas e são capazes de participar nas consultas comunitárias e nas tomadas de decisão local em relação às operações da Chikweti? Que requisitos é que são razoáveis?
- Como é que diferentes intervenientes avaliam a situação actual?
- Que mecanismos existem para as consultas regulares ao nível local nas quais podem ser levantadas questões, por exemplo mecanismos para tratar reclamações?
- Que lições foram aprendidas segundo as perspectivas da empresa, da comunidade local e das OSCs, e segundo a perspectiva do governo?

### Membros da delegação\*

NOME	FUNÇÃO/TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Lennart Kjellin	Presidente do Egendomsnämnden (Conselho para a Gestão dos Bens da Igreja)	Diocese de Västerås
Jons Ingemar Larsson	Membro do Conselho Directivo da Igreja	Diocese de Västerås
Erik Ling	Gestor de bens da igreja, Membro do Conselho de Administração do GSFF	Diocese de Västerås
Erik Sjöstrand	Membro do Conselho Directivo	Conselho Directivo da Igreja Nacional
Erika Brundin	Secretária-Geral Adjunta	Escritório da Igreja Nacional
Gunnel Axelsson Nycander	Assessora de políticas, segurança alimentar	Escritório da Igreja Nacional, Departamento Internacional
Anders Ölund	Assessor de políticas, gestão de recursos naturais	Escritório da Igreja Nacional, Departamento Internacional
Kajsa Johansson	Antiga Directora do Programa do Niassa do We Effect	We Effect
Diamantino Nhampossa	Representante nacional, Maputo	We Effect
Lena Martens Kalmelid	Coordenadora, Programa do Niassa	We Effect
Peter Roberntz	Especialista florestal	WWF Suécia

\* A auditora da Diocese de Västerås, Iren Frändå, participou em partes do programa. O seu relatório é naturalmente completamente separado deste relatório.

# Anexo 4.

## Programa e pessoas com quem reunimos

### PROGRAMME

#### DIA 0: CHEGADA AO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MAPUTO – SEGUNDA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2013

#### DIA 1: MAPUTO – TERÇA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2013

HORA	ACTIVIDADE	LOCAL
08.00–10.00	Reunião introdutória – análise do programa com a equipa de Moçambique do WE EFFECT, informação sobre antecedentes	WE EFFECT escritório de Maputo
10.00–12.00	–	
12.00–13.30	Almoço	
13.30–16.00	Investigadores locais sobre desenvolvimento, redução da pobreza, investimento e crescimento económico em Moçambique (IESE e/ou CIP)	WE EFFECT escritório de Maputo

#### DIA 2: MAPUTO – QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2013

HORA	ACTIVIDADE	LOCAL
08.00–10.00	UNAC (União Nacional de Associações de Camponeses) e Amigos da Terra – Os investimentos florestais de grande escala vistos na perspectiva dos camponeses	WE EFFECT escritório de Maputo
10.00–12.00	Desenvolvimento rural e políticas em Moçambique (João Mosca)	Universidade Politécnica
12.00–13.30	Almoço	
13.30–14.30	Associação Nacional de Silvicultores	
15.00	Desenvolvimento de um padrão FSC em Moçambique	

#### DIA 3: VIAGEM PARA LICHINGA, QUINTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2013

HORA	ACTIVIDADE	LOCAL
05.00	Para o aeroporto de Maputo	
07.00	Partida do aeroporto de Maputo	
11.40	Chegada ao aeroporto de Lichinga e alojamento na Pensão Benilde	
12.30–13.45	Almoço	Benilde/casa Lena
14.00–14.15	Pequena apresentação ao escritório e ao pessoal do We Effect	Escritório do We Effect
14.15–15.00	WWF, Lichinga Malonda	WWF Malonda
15.00	Bispo Mark – visita de cortesia, troca de experiências sobre o papel da Igreja nos investimentos em larga escala para o desenvolvimento	Diocese de Lichinga, Kuchijinjji

**DIA 4: LICHINGA, SEXTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2013**

<b>HORA</b>	<b>ACTIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
07.30	Partida para a Chikweti	Benilde's
08.00–10.00	Apresentação da operação da Chikweti, incluindo medidas para melhorar o desempenho geral, bem como aspectos financeiros, sociais e ambientais	Chikweti
10.30–12.30	UPCN (União Provincial de Camponeses), UCA, ROADS (rede ambiental) e ORAM (organização de direitos de terra) sobre o impacto dos investimentos em larga escala nas comunidades locais. Moderadoras: Kajsa Johansson/Lena Martens Kalmelid	Escritório do We Effect
12.30–14.00	Almoço	
14:00–15:00	Iniciativa de Terras Comunitárias (ITC)	Escritório do We Effect
15:15–16:00	Associação de Empresas Florestais no Niassa	Escritório do We Effect
16.00–17.00	Reflexão e informação sobre visitas ao campo	Escritório do We Effect em Lichinga
17.00	Tempo livre	

**DIA 5: SÁBADO, 19 DE OUTUBRO DE 2013, VISITA N.º 1 A UMA ALDEIA ONDE O INVESTIMENTO DA CHIKWETI ESTÁ PRESENTE**

<b>HORA</b>	<b>ACTIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
08.00	Partida para as visitas ao campo a partir da Pensão Benilde	
08.30	Visita ao viveiro e plantações, visita social à aldeia de Chimbonila	
13.00	Almoço no 2+1 em Lichinga (Chikweti organiza)	
14.00	Luambala: Projecto de Soja e Feijão da Chikweti	

**DIA 6: DOMINGO, 20 DE OUTUBRO DE 2013, VISITA N.º 2 A UMA ALDEIA ONDE O INVESTIMENTO DA CHIKWETI ESTÁ PRESENTE**

<b>HORA</b>	<b>ACTIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>
09.00	Partida para as visitas ao campo a partir da Pensão Benilde	
13.00	Licole – Visita à comunidade Agricultura comunitária	
14.00	Almoço em Metangula no Marvie	

**DIA 7: SEGUNDA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2013: SEMINÁRIO DE INTERVENIENTES**

HORA	ACTIVIDADE	LOCAL
08.30–12.30	Seminário de intervenientes. Prós e contras dos investimentos em larga escala: como é que o sector privado, a sociedade civil, o governo local e as comunidades podem beneficiar e trabalhar em conjunto? Moderadora: Kajsa Johansson	Kuchijinjji, Lichinga
12.30	Almoço com os intervenientes	Kuchijinjji
13.30–14.50	Reflexão, resumos, passos em frente	Kuchijinjji
15.00–16.00	Visita de cortesia – Direcção Provincial de Agricultura, DPA	DPA
19.00–21.00	Despedida – jantar com o pessoal do We Effect e convidados especiais	Casa do(a) Director(a), Bairro Popular 3

**DIA 8: TERÇA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2013, VIAGEM PARA MAPUTO**

HORA	ACTIVIDADE	LOCAL
09.00	Para o aeroporto de Lichinga	
15.00	Chegada a Maputo	
17.00	MReunião com a Embaixada (responsável pelos oficiais de desenvolvimento e programa)	Embaixada da Suécia

**DIA 9: QUARTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2013, PARTIDA PARA A SUÉCIA****PESSOAS COM QUEM REUNIMOS****Pessoas com quem reunimos em maputo**

NOME	INSTITUTION
Anabela Lemos	JAI, Amigos da Terra Moçambique
Rogério Ossemame and Oksana Mandlate	IESE
Adriano Nuvunga	CIP
Abel Sainda	ORAM
Agostinho Bento	UNAC
João Mosca	Investigador do OMR
Anita Sandström	Embaixada da Suécia
Ann-Louise Olofsson	Embaixada da Suécia

## Pessoas com quem reunimos em Lichinga

NOME	INSTITUTION
Bispo Mark Van Koevering	Igreja Anglicana da África Austral, Diocese do Niassa
Rev. Helen Van Koering	Igreja Anglicana da África Austral, Diocese do Niassa
Chris Bekker	Chikweti, Director Executivo
Collin Church	Chikweti, Director de Conformidade
Carlos Almeida	Chikweti, Director Financeiro
Gert Van der Merwe	Chikweti, Director de operações
Antoon Odendaal	Chikweti, Director de Recursos Humanos
Alberto Soares	Chikweti, RSE
Charles Mchombo	Chikweti, (processo de uso da terra)
Hampus Hamilton	Chikweti, (plano de uso da terra)
Per Martin Larsson	Chikweti
Rajabo Simalaonga	Malonda, Director do Pilar de Desenvolvimento Comunitário
Platiel Chilaula	Green Resources, Oficial de Programa
Bernardo Freitas	Florestas do Planalto, antigo Director Executivo
Eusébio Tumuitikile,	Director Provincial de Agricultura
Leonardo Abilio António	ORAM (organização de direitos de terra), Oficial de Programa
Zeca Malingamoio	ORAM, Animador Comunitário
Minória Rexua	ORAM, Animadora Comunitária
Emilio Muampezar	ROADS (rede ambiental), Oficial de Monitoria e Avaliação
Virgílio Bento Benesse	ROADS, Animador Comunitário
Paulino Imede	UCA (União de Camponeses de Lichinga)
Rogério Emilio	UCA
Nelson Jackson,	iTC, Iniciativa de Terras Comunitárias, Coordenador
Ventura Amisse	UCA, Oficial de Programa
Julio dos Santos Pêssego	UPCN (União Provincial de Camponeses), Coordenador
Safina Adriano	UPCN, Contabilista
Edgar Basilio Ussene	We Effect, Oficial de Programa
Ângelo Afonso	We Effect, Oficial de Programa
Amisse Momade	We Effect, Motorista
Aida Neves	We Effect, Assistente de Escritório
Lena Martens Kalmelid	Coordenadora, escritório de Lichinga, We Effect

Em adição, a delegação encontrou um número de habitantes locais e empregados de Chikweti durante visitas de campo à viveira, a projectos de agricultura, a Licole e a Chimbonila.

# Anexo 5. Excertos da apresentação da Chikweti sobre Conformidade & Sustentabilidade

CHIKWETI FORESTS, 18 de Outubro de 2013



## INTERNATIONAL STANDARDS ORGANISATION vs. FSC®



Chikweti is in the process of implementing ISO 14001 and will consider other ISO standards as listed below and will implement some as we progress and the need arises.

- ISO 14001 – Environmental Management Systems Certification
- OHSAS 18001 – Occupational Health & Safety Management System Certification
- SANS 16001 – HIV and AIDS management systems  
– General requirements (not certifiable)
- ISO 9001 – Quality Management Systems Certification
- ISO 26000 – Guidance on social responsibility (not certifiable)
- Hydrology
- Limnology studies

The advantages are as follows:

- All the standards can be implemented in modules as needed.
- We use FSC® Principals as the standard requirements.
- Each system can be audited individually if needed.
- All systems based on constant improvement.
- Cost implications are significantly less.
- As Chikweti become more and more comfortable and comply with all the standards we can apply for FSC® certification at a later stage if and when needed.

## COOPERATE SOCIAL RESPONSIBILITY (CSR)



This is divided in two components as follows

- Fixed Payments
- \$ 2.00/ha

Variable payments :

- \$1.00/ha, Compliance burned Plantation
- \$1.00/ha, Compliance on Social ( Project Implementation)
- \$ 1.00/ha, Compliance Invironmental

**TOTAL SUM OF \$5.00/HA**

## LAND AND ACQUISITION PROCESSES:



- Area Identification
- Local community consultation – FIPC
- Provisional DUAT
- Demarcation
- Definitive DUAT
- EIA
- Baseline studies
- Satellite image
- Social survey
- Archaeological survey
- Environmental studies including:
  - Flora
  - Fauna
  - Soil studies
  - Hydrology
  - Limnology studies

## SOCIAL



- Chikweti has signed Social Agreements with all the communities in its operational areas.
- The social agreements have set criteria which must be complied to.
- The agreements are endorsed by the local government.
- The communities receive an amount for every planted ha in its traditional area.
- An elected community committee is responsible for managing the funds according to the specific community's needs.
- The community committee must provide Chikweti with proof of what the funds are spent on e.g. water well, school class room, community hall, etc.
- Chikweti is monitoring the projects but do not prescribe to the communities on what to spend their money on.
- As the plantation area expand so will the social fund amount paid every year.
- The funds are made available once a year and will continue as long as there are trees planted on the community's traditional land.



Fotografia da capa: Kajsa Johansson  
Membros da delegação escutando líderes da  
comunidade num encontro em Licole

SVENSKA KYRKANS INTERNATIONELLA ARBETE  
Kyrkokansliet, 751 70 Uppsala  
TELÈFONO: +4618-16 96 00  
CORREO ELECTRÓNICO: [info@svenskakyrkan.se](mailto:info@svenskakyrkan.se)  
[www.svenskakyrkan.se/espanol](http://www.svenskakyrkan.se/espanol)  
NÚMERO DE CUENTAS PARA DONACIONES:  
PLUSGIRONUMMER: 90 01 22-3  
BANKGIRONUMMER: 900-1223

ART.NR: SKI4111